

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR LITORAL  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO:  
CIÊNCIAS DA NATUREZA

AMANDHA SILVA FELIX

**A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES DO ASSENTAMENTO  
CONTESTADO NA CONSTRUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA  
POPULAR**

UFPR/ ELAA

2018

AMANDHA SILVA FELIX

**A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES DO ASSENTAMENTO CONTESTADO NA  
CONSTRUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR**

Trabalho apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza, da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral como requisito parcial para a conclusão do Trabalho de Conclusão de Curso.

**Orientador:** Lourival Fidelis

**Co-orientadora:** Ândrea Francine Batista

UFPR/ ELAA

2018

## TERMO DE APROVAÇÃO

AMANDHA SILVA FELIX

### A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES DO ASSENTAMENTO CONTESTADO NA CONSTRUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação do Campo, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada (o) em Educação do Campo habilitação em Ciências da Natureza.



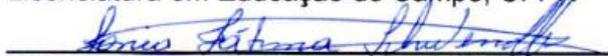
Prof(a). Dr(a). Lourival de M. Fidelis

Orientador(a) – Licenciatura em Educação do Campo, UFPR



Prof(a).Dr.(a) Rosilene Komarcheski

Licenciatura em Educação do Campo, UFPR



Prof(a). Dr.(a) Sonia Fátima Schwendler

Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Matinhos, 16 de Outubro de 2018.

Dedico este trabalho a toda classe trabalhadora.

As mulheres de minha vida, pois são a inspiração e motivação do meu mais belo ato de rebeldia, ser Mulher!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, **vida**. Meu pai, minha irmã e irmão, **força**.

Ao companheiro de vida, Júlio.

Agradeço ao Movimento Sem Terra, **luta**.

Assentamento Contestado, **acolhida**.

Agradeço a ELAA, **militância**.

Agradeço as professoras Sônia e Rosilene, **são ricas contribuições**.

Em especial a professora Ândrea, **dedicação e inspiração**.

Ao coletivo de professores e professoras Lecampo, **persistência**.

E por fim, agradeço à turma Albert Einstein, **troca de saberes**.

“Como protagonistas do feminismo contemporâneo, não podemos  
ignorar as lutas que nos antecederam.

A das índias que lutaram contra a violência dos colonizadores;  
das negras que se rebelaram contra a escravidão;  
e das brancas que romperam com as limitações que lhes confinava ao  
mundo privado, para conquistar direitos de cidadania e ter voz no mundo público.

De forma organizada e coletiva, ou individualmente, foram inúmeras  
as mulheres que contribuíram para a construção de nossa condição feminina atual.

A elas devemos o reconhecimento da cidadania feminina, como leis e  
reformas sociais que até hoje nos beneficiam.

Nelas temos um exemplo de persistência e luta pela causa indígena  
pela abolição da escravatura,  
pelo direito das mulheres de freqüentar escolas e universidades e o  
direito de votar e ser votados. (SCHUMAHER, 2005)

## RESUMO

Essa pesquisa procura compreender as contribuições das mulheres camponesas assentadas no Assentamento Contestado (Lapa – PR), na luta pela Reforma Agrária Popular e os processos de emancipação das mulheres através da luta pela terra. Baseado na análise sobre a história da luta pela terra protagonizada pelo Movimento Sem Terra foi possível compreender como a luta de gênero está inserida na luta do Movimento. Com base na metodologia participante no Coletivo de Mulheres foi possível identificar que o Feminismo Camponês e Popular constrói seus fundamentos com base na análise da materialidade histórica das mulheres no campo e também identificar como as mulheres e todo o seu processo de trabalho são reconhecidos neste território. Analisar de que forma na sua trajetória o MST discute a participação e o papel das mulheres na luta pela terra a partir da ação organizativa do movimento e como contribui na formação de consciência das mulheres camponesas e militantes, tendo como resultado da luta pela emancipação, que as mulheres estão conquistando gradualmente a participação efetiva e autonomia no conjunto do movimento.

**Palavras-chave:** Reforma agrária popular. Feminismo camponês e popular. Gênero. MST.

## RESUMEN

Esta investigación busca comprender las contribuciones de las mujeres campesinas asentadas en el Asentamiento Contestado (Lapa - PR), en la lucha por la Reforma Agraria Popular y los procesos de emancipación de las mujeres a través de la lucha por la tierra. Basado en el análisis sobre la historia de la lucha por la tierra protagonizada por el Movimiento sin Tierra fue posible comprender cómo la lucha de género esta inserta en la lucha del Movimiento. Con base en la metodología participante en el Colectivo de Mujeres fue posible identificar que el Feminismo Campesino y Popular, construye sus fundamentos con base en el análisis de la materialidad histórica de las mujeres en el campo y también identificar cómo las mujeres y todo su proceso de trabajo son reconocidos en este territorio. El análisis de cómo forma en su trayectoria el MST discute la participación y el papel de las mujeres en la lucha por la tierra a partir de la acción organizativa del movimiento y cómo contribuye en la formación de conciencia de las mujeres campesinas y militantes, teniendo como resultado de la lucha por la emancipación, las mujeres están conquistando gradualmente la participación efectiva y autonomía en el conjunto del movimiento.

**Palabras - clave:** Reforma agraria popular. Femenismo campesino y popular. Género. MST.

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 - MUNICÍPIO DE LAPA..... 42

## **LISTA DE SIGLAS**

ELAA – Escola Latino Americana de Agroecologia

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgeneros.

MMC – Movimentos de Mulheres Camponesas

MST – Movimento Sem Terra

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional Alimentação Escola

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1.A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E AREFORMA AGRÁRIA POPULAR .....</b>	<b>13</b>
1.1 O MST E O PRIMEIRO PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA .....	18
1.2 CARACTERÍSTICAS DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR .....	21
<b>2. O QUE É SER MULHER CAMPONESA E MILITANTE NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA POPULAR .....</b>	<b>28</b>
2.1 RELAÇÕES DE GÊNERO E O PROTAGONISMO DAS MULHERES PELO RECONHECIMENTO POLÍTICO NO MST .....	29
2.2 A INVISIBILIZAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES CAMPONESAS E A LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO .....	34
2.3 O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR .....	37
<b>3. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO CONTESTADO: UM TERRITÓRIO DE LUTA .....</b>	<b>411</b>
3.1 O ASSENTAMENTO CONTESTADO .....	41
3.2 O COLETIVO DE MULHERES .....	45
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>577</b>
<b>APÊNDICE 1 .....</b>	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma investigação realizada durante a trajetória do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza da UFPR – Setor Litoral em parceria com a Escola Latino-americana em Agroecologia (ELAA), localizada no Assentamento Contestado que pertence ao Município Lapa.

O objetivo geral que percorreu essa pesquisa foi à necessidade de compreender as contribuições das mulheres do Assentamento Contestado na luta pela Reforma Agrária Popular e os processos de emancipação das mulheres através da luta pela terra, visto que historicamente a invisibilização da participação da mulher nos diferentes espaços na sociedade também ocorre dentro de organizações e movimentos sociais que lutam por uma transformação da sociedade.

Essa invisibilização da mulher dentro dos próprios movimentos sociais, tanto em sua atuação política como econômica, ocorre justamente pela extensa opressão de gênero construída nas diferentes sociedades de classe. E aqueles e aquelas que se inserem em movimentos sociais na luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelos mais diferentes direitos e por transformação social são seres humanos de seu tempo histórico que carregam todas as contradições possíveis dessa sociedade que se deseja transformar. Portanto, a luta interna nos movimentos sociais, em especial no MST, realizada pelas mulheres contra a opressão de gênero, agravo da violência contra a mulher, e pela visibilidade de sua participação na construção das lutas e dos territórios de resistência é parte da edificação de uma nova sociedade a partir das contradições existentes da velha sociedade.

No caso dessa pesquisa o objetivo geral se desdobrou em alguns objetivos específicos os quais se descrevem da seguinte forma: Caracterizar o que significa a reforma agrária popular neste contexto histórico; analisar o que é ser mulher camponesa e militante no espaço de luta pela reforma agrária popular; e por fim; identificar como ocorreu e como ocorre a participação das mulheres do Assentamento Contestado nesse território de luta

Como processos metodológicos utilizados para a realização dessa pesquisa, destaco: a pesquisa participativa como metodologia da pesquisa empírica, e dentro disso o uso da entrevista como técnica de coleta de dados, com ênfase na história de vida de algumas mulheres do coletivo de mulheres. A pesquisa bibliográfica sobre temas relacionados à

discussão de gênero; pesquisa documental, analisando as elaborações e cartilhas realizadas pelo próprio MST.

Das mulheres entrevistadas apenas duas fazem parte do coletivo de mulheres, ambas concordaram em fazer parte desta pesquisa e cederam alguns minutos de seu tempo para uns minutos de conversa. Já outras três mulheres concordaram em apenas dialogar sobre algumas questões da vida cotidiana, mas não permitiram que fossem gravadas, ambas não fazem parte do coletivo de mulheres.

A apresentação dos resultados dessa investigação neste trabalho está organizada em três (3) capítulos.

O primeiro deles busca apontar a partir do debate da questão agrária a proposição do Movimento Sem Terra (MST) da Reforma Agrária como pauta de sua luta. Primeiramente chamada apenas de Reforma Agrária, e diante do avanço do capital no campo na forma do agronegócio, agora identificada como Reforma Agrária Popular. Neste capítulo apresentam-se as principais diferenças e debates que envolvem esta questão.

O segundo capítulo intitulado “O que é ser mulher camponesa e militante na luta pela Reforma Agrária Popular”, aponta os principais debates realizados pelas mulheres do MST em sua trajetória de luta contra a opressão de gênero e pela sua participação nas decisões políticas e econômicas dentro da própria organização.

Por fim, o terceiro capítulo busca apontar a trajetória das mulheres do Assentamento Contestado nessa luta e a importância do coletivo de mulheres do assentamento para as companheiras. Trazemos nesse capítulo alguns trechos de entrevistas realizadas com algumas dessas mulheres que constituíram esse território e que diariamente constroem sua história nas contradições cotidianas.

Pretende-se que esse trabalho, além de ser um registro histórico dessa luta, possa contribuir para as reflexões e análises do coletivo de mulheres deste assentamento, sobre seu papel dentro de uma organização social que luta pela terra, Reforma Agrária e pela transformação social, pilares fundamentais para a emancipação humana.

## 1. A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E A REFORMA AGRÁRIA POPULAR

A transição do feudalismo europeu para o capitalismo comercial resultou na luta dos camponeses pelo direito ao acesso a terra, e mesmo sendo lutas históricas dos camponeses naquele período, não foram consideradas lutas pela reforma agrária. Foi a partir do desenvolvimento do capitalismo industrial (século XVIII) que a reforma agrária passou a ser uma pauta desses sujeitos históricos - os camponeses e camponesas.

Na história da acumulação originária, a terra deixa de ser um bem do senhor feudal para se transformar em mercadoria, o que dá início à exploração dos bens naturais pelo então nascente capitalismo. Neste momento de transição acontece a primeira grande expropriação de camponeses que foram expulsos cruelmente do campo/terra. Aqueles que se negavam trabalhar nesta outra forma de servidão foram atirados no mundo sem qualquer direito. A barbárie deste período é tanta que foi criada uma legislação para estes expropriados, agora denominados de mendigos e vagabundos.

Segue abaixo alguns escritos/trechos subumanos desta legislação destacados em um dos estudos de Marx (1890) sobre o funcionamento do sistema capitalista:

Henrique VIII, em 1530: os mendigos velhos e incapazes de trabalhar recebem uma licença de mendigo. Em contrapartida, chicoteamento e encarceramento para os vagabundos robustos. Devem ser atados à parte de trás de uma carroça e fustigados até que o sangue corra do seu corpo [...] (MARX, 2013, p. 980)

Elizabeth, 572: mendigos sem licença e acima dos 14 anos de idade devem ser fortemente chicoteados e marcados a fogo na orelha esquerda, no caso de ninguém os querer tomar ao seu serviço por dois anos; em caso de repetição, se estão acima dos 18 anos de idade, devem ser executados, no caso de ninguém os querer tomar ao seu serviço por dois anos; à terceira reincidência, porém, são executados sem piedade como traidores públicos. [...] (MARX, 2013, p. 982)

Jaime I: alguém que vagueie e mendigue é considerado desocupado e vagabundo. [...] Os vagabundos incorrigíveis e perigosos devem ser marcados a fogo com um R, condenados ao trabalho forçado, e se forem apanhados de novo mendigando devem ser executados sem perdão. [...] (MARX, 2013, p. 982)

Segundo Marx (2013), a estrutura econômica da sociedade capitalista saiu da estrutura econômica da sociedade feudal. O ponto de partida do desenvolvimento capitalista e que gera o operário assalariado foi a servidão do trabalhador e a expropriação dos camponeses de suas

terras como parte da acumulação primeira de capital. O progresso consistiu numa mudança de forma desta servidão, na transformação da exploração feudal em capitalista.

No caso do Brasil, assim como outros países da América Latina passou por um processo de colonização nos marcos do desenvolvimento do capitalismo na Europa, processo esse que contribuiu longamente para a acumulação de riqueza através de produção de bens primários como a cana-de-açúcar, a extração da madeira pau-brasil, a extração de ouro e outros minérios. A Lei de Terras<sup>1</sup> (lei nº 601 de 18 de setembro de 1850) foi uma das primeiras leis brasileiras, após a independência do Brasil (1822) a dispor sobre normas do direito agrário brasileiro. Esta lei estabelecia a compra como a única forma de acesso a terra e abolia em definitivo o regime de sesmarias.

A instauração da República, em 1889, um ano e meio após a libertação dos escravos tampouco melhorou o perfil da distribuição de terras. O poder político continuou nas mãos dos latifundiários, os temidos coronéis do interior. Embora houvesse muitos movimentos de luta pela terra, movimentos estes eram caracterizados como messiânicos, pois giravam em torno da “busca da terra prometida”. É o caso de Canudos na Bahia, do Contestado em Santa Catarina e Paraná, e o caso de Caldeirão no Ceará.

No final dos anos 50 e início dos anos 60, com a industrialização do País a questão fundiária começou a ser debatida com maior ênfase pela sociedade que se urbanizava rapidamente. Surge no Nordeste as Ligas Camponesas<sup>2</sup> e o Governo Federal cria a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA). Ambas foram duramente combatidas pelo *establishment*<sup>3</sup> dentro do quadro que resultou no golpe militar de 1964.

A reforma agrária anunciada em 1964 pelo presidente João Goulart (1961-1964) pretendia alterar as estruturas da sociedade brasileira baseada na grande concentração de terra, da propriedade privada. Abaixo apontamos alguns elementos do Discurso de Jango proferido no dia 13 de março de 1964 na Central do Brasil, fruto das pressões sociais no seu tempo histórico promovidas por movimentos sociais e dentro da própria política institucional.

---

<sup>1</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/civil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/L0601-1850.htm) Acesso em: 07/11/2018.

<sup>2</sup> Organização camponesa formada inicialmente por trabalhadores rurais do Engenho Galileia, Mata Sul de Pernambuco, organizadas na Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco- SAPP, e pelo Partido Comunista Brasileiro, a partir de 1945. Lutaram por melhores condições de vida no campo e em prol da Reforma Agrária. Contidas após o fim do governo de Getúlio Vargas, foram acusadas de objetivos políticos socialistas e proibidas de agir na região, porém, resistiram e, apoiadas pelo advogado Francisco Julião (que já havia se pronunciado a favor dos camponeses), as ligas camponesas foram institucionalizadas e legalizadas em 1955.

Em 1959, os trabalhadores rurais conseguiram a desapropriação de um engenho, e essa luta ficou conhecida internacionalmente, sendo uma referência para as lutas pela terra que aconteciam pelo país.

<sup>3</sup> Ordem ideológica, econômica, política e legal que constitui uma sociedade ou um Estado.

Embora a citação abaixo seja longa, considera-se importante destacar os principais elementos que marcaram este período:

O caminho das reformas é o caminho do progresso pela paz social. Reformar é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada pelas realidades do tempo em que vivemos.

Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da SUPRA com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa Pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos.

Ainda não é a reformulação de nosso panorama rural empobrecido.

Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado.

Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro.

O que se pretende com o decreto que considera de interesse social para efeito de desapropriação as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável

Não o podemos fazer, por enquanto, trabalhadores, como é de prática corrente em todos os países do mundo civilizado: pagar a desapropriação de terras abandonadas em títulos de dívida pública e a longo prazo.

Reforma agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária. É negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro. Por isso o decreto da SUPRA não é a reforma agrária. Sem reforma constitucional, trabalhadores, não há reforma agrária. Sem emendar a Constituição, que tem acima de dela o povo e os interesses da Nação, que a ela cabe assegurar, poderemos ter leis agrárias honestas e bem-intencionadas, mas nenhuma delas capaz de modificações estruturais profundas.

Graças à colaboração patriótica e técnica das nossas gloriosas Forças Armadas, em convênios realizados com a SUPRA, graças a essa colaboração, meus patrícios espero que dentro de menos de 60 dias já comecem a ser divididos os latifúndios das beiras das estradas, os latifúndios aos lados das ferrovias e dos açudes construídos com o dinheiro do povo, ao lado das obras de saneamento realizadas com o sacrifício da Nação.

E, feito isto, os trabalhadores do campo já poderão, então, ver concretizada, embora em parte, a sua mais sentida e justa reivindicação, aquela que lhe dará um pedaço de terra para trabalhar, um pedaço de terra para cultivar. Aí, então, o trabalhador e sua família irão trabalhar para si próprios, porque até aqui eles trabalham para o dono da terra, a quem entregam, como aluguel, metade de sua produção. E não se diga, trabalhadores, que há meio de se fazer reforma sem mexer a fundo na Constituição. Em todos os países civilizados do mundo já foi suprimido do texto constitucional parte que obriga a desapropriação por interesse social, a pagamento prévio, a pagamento em dinheiro. [...]

Nações capitalistas, nações socialistas, nações do Ocidente, ou do Oriente, chegaram à conclusão de que não é possível progredir e conviver com o latifúndio.

A reforma agrária não é capricho de um governo ou programa de um partido. É produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo. Aqui no Brasil, constitui a legenda mais viva da reivindicação do nosso povo, sobretudo daqueles que lutaram no campo.

A reforma agrária é também uma imposição progressista do mercado interno, que necessita aumentar a sua produção para sobreviver. [...]

Assim, a reforma agrária é indispensável não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas também para dar mais trabalho às indústrias e melhor remuneração ao trabalhador urbano.

Interessa, por isso, também a todos os industriais e aos comerciantes. A reforma agrária é necessária, enfim, à nossa vida social e econômica, para que o país possa progredir, em sua indústria e no bem-estar do seu povo.

Como garantir o direito de propriedade autêntico, quando dos quinze milhões de brasileiros que trabalham a terra, no Brasil, apenas dois milhões e meio são proprietários?

O que estamos pretendendo fazer no Brasil, pelo caminho da reforma agrária, não é diferente, pois, do que se fez em todos os países desenvolvidos do mundo. É uma etapa de progresso que precisamos conquistar e que haveremos de conquistar.

Esta manifestação deslumbrante que presenciamos é um testemunho vivo de que a reforma agrária será conquistada para o povo brasileiro. O próprio custo da produção, trabalhadores, o próprio custo dos gêneros alimentícios está diretamente subordinado às relações entre o homem e a terra. Num país em que se paga aluguéis da terra que sobem a mais de 50 por cento da produção obtida daquela terra, não pode haver gêneros baratos, não pode haver tranquilidade social. [...]

A reforma agrária só prejudica a uma minoria de insensíveis, que deseja manter o povo escravo e a Nação submetida a um miserável padrão de vida.

E é claro, trabalhadores, que só se pode iniciar uma reforma agrária em terras economicamente aproveitáveis. E é claro que não poderíamos começar a reforma agrária, para atender aos anseios do povo, nos Estados do Amazonas ou do Pará. A reforma agrária deve ser iniciada nas terras mais valorizadas e ao lado dos grandes centros de consumo, com transporte fácil para o seu escoamento. (GOULART, 1964)

O discurso dele foi tão enfático que causou preocupação entre alguns setores da burguesia nacional imperialista e do exército em que essa atitude fosse uma brecha para uma nova Revolução Cubana (1959)<sup>4</sup>. Então como forma de "evitar" novas revoluções sociais, temendo a expansão de processos revolucionários como o de Cuba por toda América Latina, inicia-se no Brasil um processo de ditadura civil – militar.

Contraditoriamente, logo no início o regime militar deu o primeiro passo para a realização da reforma agrária no país (através de projetos de colonização), a partir de uma perspectiva bem diferente da que estava sendo construída através da efervescência das lutas sociais desse período. O Estatuto da Terra<sup>5</sup> é publicado (Lei nº 4.504, de 30 de novembro

---

<sup>4</sup> A Revolução Cubana iniciou a partir da luta do Movimento Revolucionário 26 de julho, um movimento popular liderado pelo comandante Fidel Castro para derrubar o governo ditador Fulgêncio Batista. Em 1957 Fidel e um grupo de guerrilheiros iniciaram o combate contra as forças do governo, vários guerrilheiros morreram ou foram presos, mesmo assim Fidel Castro e ao seu lado Ernesto Che Guevara não desistiram da luta. Começaram a usar transmissões de rádio para divulgar as ideias revolucionárias e conseguir o apoio da população cubana. Muitos camponeses e operários desiludidos com o governo de Fulgêncio Batista e com as péssimas condições sociais começaram a entrar na guerrilha, aumentando o número de combatentes e conquistando vitórias em várias cidades.

Em 1º de janeiro de 1959, Fidel Castro toma o poder em cuba, construindo medidas a favor do povo cubano. Uma das primeiras foi a primeira Lei de Reforma Agrária, assinada em 17 de maio de 1959. A redistribuição de terras aos pequenos camponeses, a delimitação do tamanho da terra e mais tarde a expropriação de grandes propriedades foram algumas das medidas tomadas. Também foram realizadas a nacionalização de bancos e empresas e reformas nos sistemas de educação e saúde. A partir destas medidas Cuba tornou-se um país socialista, uma referência para futuras revoluções por todo mundo.

<sup>5</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm) Acesso em: 07/11/2018

1964) e são criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), em substituição à SUPRA<sup>6</sup>.

Decretada por um governo militar e dentro de uma visão do desenvolvimento do capitalismo, a proposta incluía processos de colonização onde trabalhadores migravam para regiões “desocupadas”. A lei não passou de uma proposta emergente a partir das fortes influências políticas e empresariais. De um lado a pressão da política institucional a fim de contemplar o sistema de produção capitalista mundial hegemônico pelo capital financeiro, e por outro lado serviu para “controlar” os conflitos no campo e as organizações camponesas que lutavam por melhores condições de vida no campo e em prol da reforma agrária. A política governamental da ditadura civil-militar não resolveu o problema da terra e da reforma agrária. E enquanto isso o número de massas camponesas sem terra vai aumentando.

É diante dessas condições objetivas que em meados da década de 80 o Movimento Sem Terra nasce. Como herdeiro das lutas dos que o antecederam, porém com uma nova forma organizativa num momento histórico onde se “encerrava” um ciclo árduo de repressão às lutas dos povos pela ditadura civil-militar de 64.

Diante da pobreza no meio rural e da grande massa de camponeses expropriados de seus territórios, os trabalhadores rurais sem terra sentiram a necessidade de uma maior organização para a conquista de terra e de seus direitos. E através da organização de base em seus Estados passaram a denominar-se Movimento dos Sem Terra.

O MST nasceu num momento histórico de despertar da consciência de trabalhadores e trabalhadoras, camponesas e camponeses silenciados pela ditadura militar. Reunidos em Cascavel-PR, em janeiro de 1984, num “Encontro Nacional” que contou com a participação de líderes de sem terra, agentes sindicalistas, assessores e diversas entidades de classe de quatorze (14) Estados discutiram e aprovaram o seu surgimento como um movimento social autônomo que luta pela terra, pela Reforma Agrária e por transformação social.

Mas afinal o que é Reforma Agrária? Reforma agrária é a reorganização da estrutura fundiária com o objetivo de promover a distribuição mais justa das terras. A reforma agrária tem o objetivo de proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, efetuar a distribuição da terra para realização de sua função social<sup>7</sup>

Na sequência, encontra-se detalhada as discussões e proposições do Movimento Sem Terra a respeito da Reforma Agrária como parte de seu programa de luta.

---

<sup>6</sup> Informação retirada do site do INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria> . Acesso em 15/06/2018

<sup>7</sup> Informação disponível em: <https://www.significados.com.br/reforma-agraria>. Acesso em: 16/06/2018.

## 1.1 O MST E O PRIMEIRO PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA

A concepção de Reforma Agrária do MST se transpõe no seu Programa Agrário, que traz uma síntese de sua visão sobre o problema agrário e que tipo de transformações sociais almejam para o campo, nesse contexto o quanto sua proposição de reforma agrária é necessária.

O primeiro Programa Agrário do MST foi constituído em 1995 após um ano de discussões internas com todos os militantes do movimento.

Segundo Stedile (2005):

[...] como movimento, na concepção de nossa luta pela reforma agrária, é que partimos da nossa realidade e vemos que há dois problemas estruturais no meio rural brasileiro: a pobreza e a desigualdade social. Portanto, os objetivos estratégicos do MST lutam pela eliminação da pobreza e das desigualdades sociais. E para alcançá-los achamos que no meio rural é necessário começar pela distribuição da propriedade da terra. A democratização da terra cria condições para que as pessoas saiam da pobreza e se eliminem as desigualdades sociais. [...] Assim, resumidamente, dizemos que nossa reforma agrária é na verdade uma luta contra três cercas. A cerca do latifúndio, que é a mais fácil de derrubar, é só ocupar. A cerca do capital, já mais difícil, ter acesso, construir nossas agroindústrias; e a cerca da ignorância. (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 161-162)

O desenvolvimento do capitalismo no campo é um processo desigual, excludente e que classifica as relações sociais. Para o Movimento Sem Terra a reforma agrária necessária é a qual busca a alteração da atual estrutura capitalista de organização da produção, porém é uma proposta que depende da correlação de forças e da mobilização dos camponeses para o enfrentamento com o modelo em que vivem.

Os objetivos do MST para concretizar a Reforma Agrária destacados nesse programa baseiam-se em alguns pontos principais. São eles: a democratização<sup>8</sup> da terra, que possibilitaria a criação de condições para a erradicação da pobreza e desigualdade; a democratização do capital, para que o camponês tenha acesso ao capital (crédito); e a democratização da educação, com o intuito de alfabetizar os camponeses, criando possibilidade de acesso à informação, cultura e ao conhecimento.

---

<sup>8</sup> Definição de princípios de igualdade entre os membros de um grupo, comunidade, etc. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/democratizacao>. Acesso em: 27/06/2018

Para o MST, uma das formas historicamente construídas para realizar a luta pela reforma agrária foi à ocupação de latifúndios improdutivos, o que possibilitava o enfrentamento direto à concentração da propriedade da terra, e o desenvolvimento de projetos de assentamentos para as terras desapropriadas. Entretanto, somente fazer projetos de assentamentos não significa fazer reforma agrária, esta vai muito mais além.

Nas análises de João Pedro Stédile em entrevista com Fernandes (2005):

O segundo conceito se refere à confusão reforma agrária e política de assentamentos. Fazer assentamentos de famílias sem terra não significa necessariamente fazer reforma agrária. Nosso guru José Gomes da Silva não se cansava de repetir que a essência da reforma agrária é a distribuição da propriedade da terra, ou seja, a democratização da estrutura fundiária. Ele dizia que reforma agrária é sinônimo de desconcentração da propriedade da terra. Ora, fazer assentamento de algumas famílias, que podem ser milhares, não significa que se está afetando toda a estrutura da propriedade da terra, se ela não for massiva e rápida. Assim, o que existe no Brasil atualmente é uma política de assentamentos sociais, em que o governo federal e às vezes até governos estaduais, premidos pelos movimentos sociais, e para evitar que os conflitos de terra se transformem em conflitos políticos, resolvem conseguir algumas áreas, seja de terras públicas, seja negociada, seja desapropriada, e assentar as famílias. Essa é uma política de assistência social, apenas para se livrar do problema dos sem-terra e não para resolver o problema da concentração da propriedade da terra no Brasil. Essa é a política adotada pelos governos federais no Brasil, em menor ou maior intensidade, desde os governos militares até hoje. É por isso que, apesar dos movimentos terem conquistado o assentamento de mais de 300 mil famílias, o processo de concentração da propriedade da terra, conforme revelou o Censo agropecuário de 1995-96, continua aumentando. (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 159)

Assim, a proposição de Reforma Agrária feita pelo MST perpassa pela construção de assentamentos, mas não se restringe somente a este aspecto. Está relacionada à possibilidade de acesso a créditos para produção e à comercialização, acesso à educação, saúde, estradas, enfim, uma reestruturação da distribuição da terra e as conseqüentes condições da permanência dos camponeses e camponesas. Entretanto as políticas governamentais desde a ditadura civil-militar até os dias de hoje se configuram como uma política assistencialista que não passa nem perto de uma reestruturação da concentração da propriedade da terra.

Neste programa da Reforma Agrária produzido em 1995 analisava-se que a conjuntura no campo estava vinculada a uma contínua tendência do êxodo rural, o aumento do assalariamento no trabalho rural, a diminuição de pequenos produtores familiares ocasionando um aumento da integração de produtores às grandes agroindústrias e as mudanças tecnológicas influenciando a produtividade no meio rural e desempregando.

Estes aspectos estavam essencialmente vinculados aos seguintes problemas agrários: a concentração da propriedade da terra; a utilização da terra, onde não se aproveitava o seu

enorme potencial e recursos naturais para produção e o progresso econômico; o que se produzia na terra que essencialmente em sua maioria ligadas a cultivos de exportação e pouco ao mercado interno e à produção de alimentos básicos; o êxodo rural e a migração; as condições de trabalho que afrontavam a dignidade humana; as condições precárias da vida no campo; a situação da mulher no campo com dupla jornada de trabalho; o modelo tecnológico de desenvolvimento da agricultura copiado dos países capitalistas centrais; a dominação política, ideológica e cultural com o poder político dos “coronéis” e latifundiários e a grande taxa de analfabetismo; a concentração da água no semi-árido nordestino; a forma de organização da comercialização agrícola prejudicando os pequenos produtores; e por fim o processo de industrialização dominado por grandes grupos econômicos.

Nesse sentido, a reforma agrária necessária nesse período tinha por objetivos garantir trabalho e distribuição de renda a todos; produzir alimentação barata para toda a população; garantir as melhoras de condições de vida da população; buscar igualdade de direitos; criar condições para a participação igualitária da mulher na sociedade; preservar os recursos naturais; entre outros.

E para tanto, as características dessa reforma agrária segundo o MST (1995) deveria passar por:

- a. Democratização da terra e dos meios de produção: priorizando terras próximas às cidades, impedindo que bancos e empresas estrangeiras possuíssem as terras; garantindo que a propriedade da terra cumpra com sua função social, impedindo a venda de lotes beneficiários da Reforma Agrária, proibindo cobrança da renda da terra, entre outras medidas;
- b. A organização da produção orientada de forma a estimular as diversas formas de cooperação na agricultura como mutirões, cooperativas, empresas de prestação de serviço, etc.
- c. Uma nova política agrícola: garantindo o comércio e transporte da produção, os preços, e o crédito rural para investimentos sociais;
- d. A industrialização interior do país, possibilitando a instalação de agroindústrias no interior gerando empregos e aumentando a renda dos agricultores;
- e. Um plano de desenvolvimento do semi-árido combatendo a seca no Nordeste;
- f. Um novo modelo tecnológico buscando desenvolver pesquisas adequadas a cada região para o aumento da produtividade das terras e em equilíbrio com a preservação ambiental;
- g. Desenvolvimento social, garantindo à população do interior educação em todos os níveis, valorização dos professores, programas de saúde gratuitos; moradia; democratização dos meios de comunicação e acesso à cultura e lazer para os trabalhadores do meio rural.

Enfim, a visão desse programa de Reforma Agrária estava centrada nos desafios da luta de classes daquele período histórico, e permaneceram como eixo condutor das ações do MST até recentemente, até quando se estabelecer uma nova conjuntura político-econômica que faz com que esse movimento rediscuta suas linhas de atuação.

Esse novo momento histórico do qual mencionamos se refere ao avanço do capitalismo no campo e sua forma de atuação através do agronegócio, e das empresas transnacionais no controle de cadeias de produção (desde as sementes, ao processamento dos produtos, aos sistemas portuários para comercialização). Estas condições objetivas levaram o MST a fazer um amplo debate em suas bases resultando num novo Programa Agrário que foi ratificado no seu VI Congresso realizado em fevereiro de 2014. Nesse programa se anunciava a proposta da Reforma Agrária Popular, e a “palavra de ordem” definida para o período foi: Lutar, construir Reforma Agrária Popular!

## 1.2 CARACTERÍSTICAS DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR

Segundo MST (2013), a partir da década de 1980 o modelo capitalista mundial passa para uma nova fase do seu desenvolvimento, hegemônico pelo capital financeiro e pelas grandes empresas transnacionais controlam o mercado mundial de mercadorias, ou seja, esse desenvolvimento continua pautado nas forças produtivas da agricultura, indústria e do comércio, porém todo lucro concentra-se para o capital financeiro e as grandes empresas. O Brasil mais além do seu arcabouço jurídico de proteger os interesses da classe dominante tem cumprido papel fundamental de garantir a hegemonia do modelo do agronegócio na produção agrícola.

Essa nova fase do sistema traz inúmeras mudanças estruturais na sociedade, no caso do campo agrário, observamos como mudanças, por exemplo, a dominação das produções agrícolas, as formas de apropriação de terras, as implantações de novas tecnologias para o campo, apropriação dos recursos naturais, até mesmo na composição das classes sociais. A centralização do capital que atua na agricultura propõe que uma única empresa tenha o controle das sementes, da venda de agrotóxicos, da industrialização dos produtos agrícolas e do comércio de novas tecnologias para o desenvolvimento do campo.

A partir deste novo contexto determinado pela força do capitalismo agrário, o movimento sem terra entende que o programa de reforma agrária necessita de alterações desde sua forma estrutural até a sua definição de qual Reforma agrária o campo brasileiro

precisa. Então a força e a organização dos militantes sem terra voltam-se para a reconstrução da proposta, que agora passa a ser chamada de REFORMA AGRÁRIA POPULAR.

Os fundamentos que constituem o Programa de Reforma Agrária Popular são demarcados pela busca de mudanças estruturais “na forma de usar os bens da natureza, que pertencem a toda sociedade, na organização da produção e nas relações sociais no campo” contribuindo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (MST, 2013, p. 35).

Às características da Reforma Agrária Popular segundo MST (2013) pauta-se em:

1. Democratizar o acesso a terra e aos bens da natureza para todo povo brasileiro, impedindo a concentração de propriedade privada.
2. Produzir alimentos saudáveis em cada região do país, atendendo às necessidades da população, respeitando cada cultura e hábito alimentar local, e então garantir a soberania alimentar;
3. O desenvolvimento da produção agrícola deve ser diversificado, utilizando-se de técnicas de produção agroecológica e máquinas agrícolas socialmente adaptadas a cada contexto, que busquem o aumento da produtividade das áreas, do trabalho e da renda, em equilíbrio com a natureza;
4. Preservar, multiplicar e difundir as sementes crioulas. Defender a soberania nacional sobre produção e multiplicação de todas as sementes e mudas;
5. A água e as florestas nativas são recursos da natureza e elas devem ser tratadas como um direito de cada cidadão.
6. Programar as formas diversas de cooperação agrícola, para desenvolver as forças produtivas e as relações sociais no campo. Criação de agroindústrias sob o controle dos camponeses e dos trabalhadores desta unidade, a fim de gerar renda para a juventude e todas as famílias envolvidas.
7. Preservar os recursos naturais de forma adequada e com respeito à cultura da população local. Combater o desmatamento e reflorestar as áreas desmatadas com ampla diversidade de vegetação nativas de acordo com a preservação ambiental.
8. Construir bases produtivas e institucionais para se obter a soberania energética de maneira a propiciar oportunidades para que cada comunidade organize a produção com as mais diferentes fontes de recurso.
9. Respeitar e demarcar todas as áreas pertencentes às comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativista e de pescadores artesanais.
10. Impedir que o capital estrangeiro se aproprie de terras, territórios, água, minérios e outros recursos da natureza;

11. Todos os camponeses têm direito à educação pública, de qualidade, em todos os níveis, assim como desenvolver a cultura e identidade social. E ter acesso aos diferentes meios massivos de comunicação social.
12. Os trabalhadores rurais que quiserem continuar na condição de assalariados rurais devem ter todos os seus direitos sociais e trabalhistas garantidos.
13. Combater, permanentemente, todas as formas de preconceito social, para que não ocorra a discriminação de gênero, idade, etnia, religião, orientação sexual, etc.
14. Garantir condições dignas e jornadas adequadas de trabalho. Combater de forma permanente e intransigente o trabalho análogo à escravidão, expropriando de todas as fazendas e empresas que fazem uso dessa prática.
15. Combater todas as formas de violência contra as mulheres e crianças.
16. O campo deve se constituir num local bom de viver. Onde as pessoas tenham direitos, oportunidades e condições de vida dignas.

Nesse sentido a proposta de um programa de Reforma Agrária Popular perpassa pela resistência ao “modelo de agricultura capitalista do agronegócio e propõem um processo de acúmulo de forças, tendo como objetivo a construção de um novo modelo de agricultura, voltado à necessidade do povo brasileiro” (MST, 2014, p. 39).

Assim, o Movimento Sem Terra nesse programa defende:

1. A democratização da terra

Para MST (2014) é necessário garantir a democratização da terra, aos bens da natureza e aos meios de produção. Todo trabalhador e trabalhadora tem o direito de morar e trabalhar no campo e ter suas necessidades sociais, econômicas, culturais e políticas vinculadas à luta pela terra. Desapropriar, para fins de reforma agrária, as terras que não cumprem com a função social da terra, e estabelecer uma lei que defina um limite máximo no tamanho de cada propriedade rural.

2. Os bens da natureza:

A água é um bem da natureza e deve ser utilizada em benefício de toda humanidade. Exigir que a posse e o uso da água estejam subordinados aos interesses e às necessidades de toda população.

Lutar para que a água não seja uma mercadoria, portanto, não pode ter propriedade privada. Deve-se garantir seu acesso a todas as pessoas da sociedade. Todos os reservatórios de água, barragens, açudes e inclusive subterrâneos devem ser de domínio público.

Exigir do Estado uma política específica de proteção dos aquífero, em especial o do Guarani, e das nascentes de todas as bacias hidrográficas [...] (MST, 2014, p.41).

Compreender que os bens da natureza devem ser protegidos e assegurados para que a população tenha suas necessidades e interesses atendidos pelo Estado. Enquanto sujeitos do campo, os camponeses têm papel fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo e que as políticas públicas ambientais sejam garantidas.

### 3. A organização da produção:

A forma de produção que o movimento defende é agroecológica, com base nos princípios de alimentação saudável e soberania alimentar aos povos do campo e da cidade, os camponeses e camponesas organizam sua produção orgânica e as cooperativas têm a tarefa de transportar essas produções, em sua grande maioria, para as cidades. As formas que garantem que a produção dos assentamentos chegue até as cidades tornaram-se possíveis através de políticas de governo, Programa de Aquisição de Alimento (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que fazem com que os alimentos cheguem até entidades baseadas em programas de economia solidária e nas merendas escolares.

Priorizar a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, garantindo o princípio da soberania alimentar, livres de agrotóxicos e de sementes transgênicos. Organizar a produção e comercialização com base em todas as formas de cooperação agrícola, como mutirões, formas tradicionais de organização comunitária, associações, cooperativas, empresas públicas e empresas sociais. [...] (MST, 2014, p.42).

### 4. O modo de produzir e distribuir a riqueza na agricultura

Exigir do Estado políticas de crédito rural, financiamentos, pesquisas, máquinas, equipamentos e ferramentas, para o camponês suprir suas demandas na produção de alimentação saudável, de acordo com as realidades locais. As áreas degradadas pelo agronegócio, inserir programas que permitam o reflorestamento com árvores nativas e frutíferas, principalmente nas áreas de assentamentos. “Combater a propriedade privada intelectual e de patentes de sementes, animais, recursos naturais, biodiversidade ou sistemas de produção”. (MST, 2014, pg.43)

### 5. A industrialização

Segundo MST (2014) o programa de Reforma Agrária Popular deverá ser um instrumento para levar a industrialização para o meio rural a fim de promover um desenvolvimento equilibrado entre as regiões, gerar qualificação técnica e oportunidade de trabalho no meio rural, gerar maior renda para a população camponesa e eliminar as desigualdades socioeconômica existentes entre a vida no campo e na cidade.

## 6. Política agrícola

Ainda segundo MST (2014) garantir que os agricultores e agricultoras através das políticas públicas tenham acesso aos meios de produção, maquinários, equipamentos e insumos, também garantir que o estado reorganize e reestruture a pesquisa para produção de alimentos, pecuária e melhorias genéticas em equilíbrio com a natureza.

## 7. Educação do Campo

Na luta pela Reforma Agrária Popular está agregada a luta pela educação pública de qualidade. É fundamental garantir a toda sociedade o acesso à educação, hoje em nosso país o contexto rural sofre com a falta da garantia ao ensino, desde a Educação Infantil até a graduação e ensino técnico. Portanto educação do campo tem papel fundamental nas escolas do campo e principalmente nas escolas inseridas nas áreas de reforma agrária, em formar sujeitos capazes de intervir na realidade e transformá-la.

## 8. O desenvolvimento social nas comunidades rurais

Para MST (2014) é necessário defende que os camponeses tenham acesso a programas de melhorias de moradia, estradas adequadas para ir e vir, formas de estimular a sociabilidade, garantir o acesso à saúde pública, benefícios da previdência social, transporte público, enfim o camponês sem terra é parte da sociedade e deve ter garantidos todos os seus direitos a fim de ter uma vida digna.

## 9. Sobre, a estrutura organizativa do Estado:

A realização deste programa de transição de modelo na organização dos bens da natureza e da agricultura brasileira, somente será possível num contexto histórico de existência e de aliança entre um governo realmente popular, que controle o Estado a serviço das maiorias, com um vigoroso movimento de massas, que coloque os trabalhadores como sujeitos políticos permanentes dessas mudanças. Somente assim, poderá haver uma centralidade das políticas públicas do Estado e governos a favor de uma reforma agrária de cunho popular, expressa nesse programa. [...] (MST, 2014, p.48).

A luta pela Reforma Agrária Popular propõe a mudança do Estado burguês, pois ele prioriza os interesses a favor da classe dominante, retirando direito da classe trabalhadora.

O Movimento Sem Terra além de buscar a mudança na estrutura do campo brasileiro, traz em seus fundamentos e princípios as reivindicações de toda sociedade, enquanto movimento social organizado, homens e mulheres sem terra lutam pela classe trabalhadora, esteja ela no campo ou na cidade. Entende-se que todos têm papel fundamental na construção de uma transformação social, e a luta pela terra é o primeiro passo para a permanente busca à mobilização social entre trabalhadores do campo e trabalhadores da cidade.

A partir das análises do Movimento Sem Terra fica evidente a ideia de que ainda não tivemos a concretização de fato de uma Reforma Agrária no Brasil. Compreendendo que a reforma no campo agrário tem como objetivo extinguir o Latifúndio a partir da democratização da terra, e também, percebendo os rumos que o campo apresenta, existem ensaios de Reforma Agrária, em sua grande maioria protagonizada pelo MST.

Esse protagonismo do MST provoca reflexões, apontadas neste trabalho, que transformam a concepção de qual reforma agrária o campo precisa. Visto que o processo de mobilização da massa sem terra é pautado primeiramente pela conquista da terra, as demandas sociais, culturais, econômicas e políticas também necessitam ser priorizadas para que o camponês tenha direito à vida no sentido mais pleno.

Segundo MST (2013) “as raízes da Reforma Agrária Popular não estão somente no esgotamento objetivo da reforma agrária clássica. Mais que isso: as raízes da reforma agrária popular brotam e crescem de um único lugar – o enfrentamento dos sujeitos trabalhadores contra as forças do capital” (MST, 2013, pg.52). O capital vive um momento de expansão muito forte, além de estar se apropriando das forças de trabalho da população, apropria – se de maneira brutal dos bens da natureza, ou seja, todo contexto onde envolve a classe trabalhadora é visto como mercadoria.

Como consequência de toda forma de dominação, a Reforma Agrária Popular ocupa todas as forças e sujeitos da sociedade que acreditam na transformação do modelo atual, assim o MST conclui que a reforma agrária “somente poderá se realizar se construirmos uma grande aliança de toda classe trabalhadora. É uma reforma agrária para todo povo” (MST, 2014, pg.52). Seu lema firmado em 2014 é: Lutar! Construir Reforma Agrária POPULAR!

Como mencionado anteriormente o novo programa de Reforma Agrária, *a Popular*, afirma a necessidade e o esforço em combater todas as formas de preconceito social para que não ocorra a discriminação, por exemplo, de gênero, idade, etnia, religião e orientação sexual. Portanto, a Reforma Agrária Popular necessariamente perpassa pela construção de novas relações de gênero no campo, onde qualquer forma de discriminação e opressão deve ser combatida. Não é possível consolidar uma reestruturação agrária articulada ao projeto de transformação social, sem tocar nas questões que envolvem uma antiga relação de opressão de gênero na sociedade em geral, sob a lógica do patriarcado.

Assim, compreender a transição da Reforma Agrária para a Reforma Agrária Popular traz a reflexão de que as questões sociais que antes foram a base para a consolidação do MST, necessitam de avanços. Entre eles, destacamos o de construir novas relações de gênero a fim de fortalecer o que já existe e construir o que ainda falta. Tendo em vista a comparação de

dois programas agrários do Movimento Sem Terra, (sendo um antigo de 1995 e o mais recente de 2014) e também olhando para a realidade observa-se que ainda o debate de gênero não está centralizado no conjunto do movimento, alguns coletivos e setores, por exemplo, setores de saúde, educação, seguem resistindo com a participação predominante das mulheres.

No sentido de garantir a igualdade na organização do MST na prática para cada homem deve haver também uma mulher que participe das instâncias da organização. Esse processo pode ser o principal ponto para que num movimento crescente as mulheres que se manifestam, opinam e decidem internamente concretizem a paridade de gênero e mobilizem outras mulheres internamente para enfrentar a luta pela igualdade dentro do Movimento.

A mulher ainda necessita ser a principal autora da criação de fundamentos que sejam embasados na paridade de gênero. Isso porque o patriarcado é um dos pilares do sistema capitalista, que impede há anos a visibilidade da mulher na sociedade em geral e internamente na organização. O Movimento Sem Terra reproduz os problemas sociais dentro de suas relações internas, identificamos problemas relacionados desde a representatividade das mulheres nas lutas até o preconceito histórico.

Para muitas mulheres não é fácil romper as cercas que as impedem de construir uma vida política dentro do Movimento, mesmo que hoje o MST siga as orientações que prezam pela paridade de gênero nas instâncias ainda assim em muitos casos as mulheres estão sendo inseridas apenas para cumprir tabela, pois percebemos que a palavra final sempre é do homem.

As mulheres estão presentes na luta pela terra desde que o mundo é mundo, mas a história nega ou deixa de se importar o quanto as mulheres derramaram seu sangue para construir relações de igualdade entre os sujeitos. Em todas as formas que a sociedade se organizou até hoje as mulheres precisam se levantar e lutar pelos seus direitos.

As contribuições das mulheres estão em todos os espaços, setores, instâncias, mas é importante afirmar que na luta pela Reforma Agrária Popular a contribuição das mulheres foi essencial para que o movimento compreenda que enquanto não houver a mudança nas relações sociais, não vamos conseguir avançar na mudança estrutural da sociedade. A transição do programa agrário do MST, embora pouco, reafirma a importância das mulheres nas decisões políticas do movimento, e como consequência disso as mulheres estão ocupando dignamente o seu lugar dentro da luta.

A Reforma Agrária Popular não existe sem as mulheres!

## **2. O QUE É SER MULHER CAMPONESA E MILITANTE NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA POPULAR**

Os donos da terra em sua grande maioria são os homens, as mulheres trabalham, produzem, cuidam da família, e não são reconhecidas isso é uma forma de violência que o patriarcado sustenta definindo o papel da mulher, reduzindo e tornando invisível todo seu processo de trabalho e a sua importância enquanto sujeito militante.

A luta das mulheres está intimamente ligada à luta pela reforma agrária popular. São desafiadas a romper o sistema, externalizando a partir do estudo e da própria fala a necessidade da sistematização da história das mulheres do campo, para avançar simultaneamente no fortalecimento do feminismo camponês e popular.

A resistência histórica das camponesas apresenta-se na vida cotidiana singular, desde a prática dos saberes ancestrais, até a resistência contra a violência do corpo e da mente, as mulheres que antecederam o surgimento do feminismo embora não tinham condições de se organizar, são exemplos de que há diversas formas para lutar contra o patriarcado e através da luta descobrir que o pessoal é político.

Ser mulher camponesa e militante na luta pela Reforma Agrária Popular implica no enfrentamento direto a questões principalmente voltadas a discriminação de gênero. As mulheres que se desafiam a viver a militância enfrentam o peso histórico do preconceito.

Compreender uma proposta da Reforma Agrária Popular, que toma a agroecologia como fundamento produtivo e de modo de vida requer que o debate das relações de gênero seja central. A autonomia econômica na vida das mulheres é fundamental para romper a ideia de que o trabalho da mulher é secundário em relação ao trabalho do homem, se ambos produzem em conjunto. A luta pelo reconhecimento precisa ser entendida a partir do núcleo familiar, é a partir da economia camponesa que a luta das mulheres inicia.

## 2.1 RELAÇÕES DE GÊNERO E O PROTAGONISMO DAS MULHERES PELO RECONHECIMENTO POLÍTICO NO MST

A luta pela terra, pela Reforma Agrária Popular, vem sendo protagonizada há anos pelas mulheres indígenas, quilombolas, imigrantes, e tantas outras mulheres que, ao longo da formação da sociedade lutaram e enfrentaram o sistema, tendo como retorno de uma sociedade patriarcal a repressão e exclusão de suas marcas históricas fundamentais para a resistência dos povos do campo.

O Movimento Sem Terra ao longo de seus 30 anos apresenta em seus princípios e fundamentos a proposta de um novo modo de organizar a sociedade e novas relações que fortaleçam além do contexto territorial, o contexto social entre homens e mulheres sem terra. Para fortalecer as relações entre os militantes homens e mulheres e compreender o processo de inserção das reivindicações das mulheres nos movimentos sociais, SCHWENDLER (2015) ressalta:

A organização das mulheres e sua participação na luta de classe foram cruciais para a percepção de que as questões de gênero precisavam compor a agenda política da luta social, para se desafiar as restrições que lhes eram impostas pelos regimes patriarcais de gênero. Nos acampamentos e assentamentos, as mulheres Sem Terra começam a se organizar e debater sua participação política, pois elas percebiam que para os homens havia mais oportunidade para participar dos espaços formativos e de decisão política, o que também contribuía para o desenvolvimento da liderança. Quando elas se organizaram internamente no MST, através do Coletivo de Gênero, ainda existia no movimento social uma forte compreensão de que as questões de gênero e de participação das mulheres seriam resolvidas através da luta de classe e da implementação do socialismo e, portanto, a luta pela transformação social, entendida como geral, devia ter prioridade sobre as lutas consideradas específicas, como as das mulheres. [...] (SCHWENDLER, 2015, pg.94)

Evidenciamos no capítulo anterior a importância do MST na luta pela democratização e distribuição de terras em nosso país, também percebemos a força através da união dos sujeitos sem terra no fortalecimento das relações sociais, assim percebe-se que, a partir da transição para reforma agrária popular questões orgânicas que embasam o desenvolvimento da sociedade são inseridas no movimento através dos setores ou coletivos que organizam os sujeitos e os espaços para tratar de suas especificidades, dentro do todo da luta pela terra.

Há um questionamento importante assumido e protagonizado pelas mulheres, onde a posição da luta pela terra é colocada como uma luta “geral”, deixando transparecer que lutas consideradas “específicas” sejam menores ou menos importantes, como é o caso da luta das mulheres. Vale ressaltar que a luta pela terra e a luta das mulheres são interdependentes, ou seja, uma não se realiza plenamente sem estar articulada com a outra.

O ingresso no Movimento Sem Terra na sua grande maioria está vinculado à luta pela terra no âmbito da condição material, do acesso às condições objetivas para melhoria da vida, onde os sujeitos encontram ou não a militância. Além da luta pela terra a entrada no movimento ocorre através de outras pautas de luta como: a participação da mulher, das LGBTs, por educação do campo, pela agroecologia, dentre outras. Em síntese as lutas são pelo acesso ao território material e imaterial<sup>9</sup>, propondo um projeto que busque a transformação da sociedade.

Em comparativo com a sociedade e mesmo com todas as contradições internas o Movimento Sem Terra ainda exerce um acolhimento para os sujeitos discriminados pela condição de classe, principalmente, raça, orientação sexual e identidade de gênero.

Os movimentos sociais contribuem na construção da consciência de classe dos sujeitos, e a partir do momento em que compreendem seu contexto social e passam a construir sua própria identidade, no caso das mulheres, elas passam da condição de subordinadas para sujeitos capazes de questionar sua própria realidade. Sobre a atuação das mulheres no MST, Mariano e Paz ressaltam:

Provocado sobre a questão da participação das mulheres, o MST construiu uma série de iniciativas no decorrer de sua história, No entanto, um marco fundamental foi a criação do setor de gênero, que aconteceu nos anos 2000. O setor passou a ser responsável por estimular o debate nos espaços de formação, produzir materiais, organizar atividades que contribuíssem para a construção de condições objetivas para a participação igualitária de homens e mulheres. Uma das conquistas fundamentais nesse sentido foi a exigência de que em todas as instâncias de coordenação do MST sejam compostas por, no mínimo 50% de mulheres. (MARIANO; PAZ, 2018, pg.308)

A criação do setor de gênero é relativamente nova para as instâncias do movimento, antes disso existiam os coletivos de mulheres, definidos e encaminhados na primeira assembleia das mulheres em 1985. Contudo tanto o coletivo de mulheres quanto o coletivo nacional de gênero são espaços onde predomina a participação da mulher. E fazendo esta análise o movimento compreende que há a necessidade da construção de um setor (hoje setor de gênero) para que esse debate seja construído por toda organização inclusive pelos homens, visando que em toda sua organização deve haver a divisão igualitária da participação de homens e mulheres.

---

<sup>9</sup> Sobre esse conceito consultar Bernardo Mançano Fernandes (sem ano) em “Sobre a tipologia de Territórios”. Disponível em: <[http://acciontierra.org/IMG/pdf/BERNARDO\\_TIPOLOGIA\\_DE\\_TERRITORIOS.pdf](http://acciontierra.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf)> Acessado em: 04 de out. 2018.

A criação do setor de gênero não extingue o coletivo de mulheres até mesmo porque ainda em alguns assentamentos é o coletivo de mulheres que atua diante das demandas de gênero e demandas específicas das mulheres, inclusive na construção do feminismo no campo.

Uma hipótese a partir da vivência no coletivo de mulheres é que este coletivo seja fundamental para a consolidação do setor de gênero em diversos espaços do MST, pois ainda há resistência por parte de muitos militantes a respeito de questões relacionadas à violência, participação e reconhecimento da mulher, bem como a discussão que surge em meados de 2015 a partir do coletivo LGBT sobre a diversidade sexual e identidade de gênero<sup>10</sup>

O debate sobre gênero é essencial em todas as instâncias do movimento, pois problematiza as relações humanas na sociedade, resultando nas relações dentro do MST. Ainda é recente a inserção de fato do termo gênero nos fundamentos e práticas do Movimento, porém há que reconhecer que houve um salto qualitativo em suas relações.

Na busca por organizar os sujeitos, o MST foi aprendendo que a luta pela terra é muito mais que sua expressão literal. Nela está contida a organização da vida em suas diversas dimensões. É a partir dessa compreensão que se estruturam os setores e coletivos dentro do movimento: educação, formação, saúde, produção, frente de massas, *gênero*, cultura, comunicação, relações internacionais e juventude. Podemos dizer que a vitalidade do MST vem, fundamentalmente, da sua capacidade de se reinventar, de buscar formas para dar respostas organizativas às múltiplas necessidades que envolvem a vida das(os) Sem Terra. (MARIANO; PAZ, 2018, pg.291)

Desde sua constituição o MST buscou a integração da família, no entanto as mulheres eram responsáveis por coletivos voltados ao âmbito social, por exemplo, a alimentação, cuidado de crianças, higiene, educação, até amenizar questões mais tensas do cotidiano. Embora fossem definidas historicamente como tarefas femininas, a participação nestes setores foi lapidando as mulheres no sentido de aperfeiçoar seu protagonismo no âmbito dos setores político e econômico no Movimento.

As questões organizativas e de tomada de decisões eram protagonizados pelos homens. Esse processo foi se dando ao longo de sua história em meio a avanços e contradições. As mulheres foram as primeiras a questionar a organização e os mecanismos para garantir a participação de todas (os) as (os) integrantes da família, em todos os espaços organizativos do movimento.

---

<sup>10</sup> Segundo MST (2018) Gênero é um termo usado para definir os papéis socialmente construídos, para mulher e para o homem, com base no sexo biológico. Isso quer dizer que cada sociedade atribui às pessoas funções e identidades diferentes de acordo com o entendimento que tem do que é ser homem e ser mulher.

O espaço de atuação das mulheres no interior do movimento não é uma tarefa fácil. No meio rural a discriminação é maior quando se diz respeito à participação das mulheres, no entanto o MST abre um espaço para que as mulheres avancem além da base familiar.

Tarefas ligadas à saúde e educação foram algumas fendas para que as mulheres pudessem ir ocupando os espaços dentro do movimento, porém ainda as mulheres estavam apartadas da agenda política e econômica da organização. A ideia de inferioridade feminina foi se rompendo quando os espaços do movimento foram sendo ocupados pelas mulheres.

A organicidade do movimento traz um acúmulo formativo às mulheres sem terra, contribuindo na construção de processos para a organização de coletivos que se propõem a discutir as relações de gênero, a saúde da mulher, as formas de erradicação da violência contra a mulher do campo e o avanço do feminismo camponês. Esse desafio de construirmos novas relações deve estar atrelado à luta pelo fim da propriedade privada, à luta pela terra, contra o agronegócio e a discriminação e violência contra as mulheres. Segundo MST (2000)

Discutir sobre participação e a formação da mulher é de fundamental importância para o avanço da luta pela terra, pela Reforma Agrária e para a transformação da sociedade. Pois mulheres e homens podem e devem vencer os preconceitos que nos impedem que sejamos livres e iguais. (MST, 2000, pg.4)

O processo de inserção das mulheres pelo reconhecimento enquanto sujeitos políticos não foi nada fácil e exigiu das companheiras persistência e conspiração (MST, 2018). O primeiro congresso nacional do MST o qual ocorreu em 1985, conta com aproximadamente 30% de participação das mulheres sem terra, porém isso não significa que as mulheres ocupavam a composição das instâncias, mas mesmo neste contexto elas conseguiram realizar a 1º assembleia de Mulheres onde fizeram encaminhamentos para a criação dos coletivos de mulheres locais em nível nacional.

O cartaz do I Congresso apresentava a imagem que depois passou a integrar os elementos impressos na bandeira do Movimento, de um casal (uma mulher na frente de um homem), trazendo a ideia de que a luta pela terra faz-se com a participação ativa e igual.

Em 1986, a Comissão das Mulheres Sem Terra fez parte da equipe de preparação do I Encontro Nacional de Mulheres Agricultoras e Sem Terra, do qual participaram aproximadamente 60 mulheres de assentamentos de diferentes regiões do Brasil. (FURLIN, 2013, pg.260)

A articulação das mulheres ganha força, e o movimento compreende que as relações de gênero estabelecidas pelo sistema patriarcal precisam ser enfrentadas. Em 1988 o movimento inclui em um de seus documentos de normas gerais um capítulo que pontua

algumas questões das mulheres, no sentido de contribuir com a atuação das mulheres nas instâncias do movimento, garantindo a autonomia e a participação em todos os espaços do MST.

Nesse momento as mulheres são desafiadas a romper a lógica machista da sociedade, o ato de estudar, escrever, pautar as reivindicações necessárias para o enfrentamento do patriarcado, são atos políticos, é o grito de rebeldia de sujeitos que foram calados e invisibilizados na sociedade. As mulheres camponesas militantes representam hoje a mais plena forma de resistência. É necessário dar visibilidade à condição protagonista das mulheres nos movimentos sociais libertando-as das práticas machistas, que têm sido até hoje naturalizadas pela sociedade oprimindo as mulheres.

Um balanço feito nas reuniões com as dirigentes nacionais do coletivo de mulheres a partir de 2015 aponta que houve certo recuo na participação das companheiras nos espaços organizativos, e que a violência inclusive nas instâncias ainda é preocupante. Notando esta análise há a necessidade de rever o direcionamento das ações, os rumos e táticas a serem alcançadas, ou seja, as linhas políticas do setor.

A decisão de revisitar nossas linhas políticas não vem da compreensão de que elas estejam superadas ou mesmo já alcançadas, mas justamente pela compreensão de que, passados quase 20 anos do início das discussões das linhas e da criação do setor, a materialidade de nossa luta se modificou, a face do capital se alterou, novas contradições surgiram, acumulamos em nossas lutas e reflexões novos sujeitos da luta que se organizaram no interior do movimento. (MST, 2018, pg.18)

A luta das mulheres é legítima, além de ampliar a participação as mulheres estão buscando qualificar e ampliar os debates trazendo os fundamentos teóricos aliado com as práticas sociais.

A proposta dos debates sobre gênero propiciou analisar os papéis assumidos por mulheres e homens na vivência social, os problemas e dificuldades que as mulheres enfrentam no âmbito social, familiar e político. O Movimento Sem Terra tem um acúmulo histórico forjado na construção permanente de relações que buscam a superação da alienação e da opressão entre os sujeitos, porém ainda há limites diante da concretude pela busca a superar a desigualdade reproduzida pelo patriarcado.

## 2.2 A INVISIBILIZAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES CAMPONESAS E A LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO

Desde a colonização as relações de trabalho são uma marca do campo brasileiro. Nos assentamentos do Movimento Sem Terra o que predomina é o trabalho familiar, onde os membros da família são responsáveis por todo processo de produção, porém para as mulheres camponesas, qual é a posição delas neste processo de trabalho? Esmeraldo (2013) aponta que:

A labuta do homem é central para produzir a autoridade masculina. Essa se ancora no domínio e controle do processo de produção de conhecimentos que envolvem a gestão do *fazer-aprender* e do *saber-fazer* camponês e no planejamento para a realização de todo o ciclo produtivo (escolha das áreas de plantio, definição do que plantar e das variedades de sementes, apropriação das técnicas e dos instrumentos de trabalho etc.) até as regras de relacionamento com o mercado. Há uma ordem simbólica (moral) que se instala para reger o trabalho camponês e qualificá-lo de forma diferenciada e hierarquizada como trabalho de homens e trabalho de mulheres. O trabalho produtivo é constituidor da identidade e da autoridade masculina e requer a invisibilização e omissão do trabalho feminino que se anuncia nos roçados como ajuda. (ESMERALDO, 2013, pg.240)

Há uma hierarquização ao identificar a divisão do trabalho no campo, a qual acontece pela diferenciação do sexo biológico (feminino e masculino). O trabalho feminino está atrelado ao trabalho doméstico, cuidado com a família, cuidado com o entorno da casa, além disso, a mulher precisa ser dócil, frágil e agir com ternura, características impostas que a torna inferior ao homem. O trabalho masculino está condicionado a tudo que exige força, tomada de decisões, gestão financeira, o homem precisa ser rude, bruto e controlador, tornando todos aqueles a sua volta inferior à sua capacidade.

A apropriação do trabalho alheio, o enfrentamento as formas de cooperação para sobrevivência e a mudança no lugar de destaque que a mulher ocupava nestas sociedades, eram condições fundamentais para estruturação da exploração nas sociedades de classes. E para garantir que a exploração entre as classes ocorresse, sustentada por uma divisão social do trabalho, era fundamental subordinar a mulher em relação ao homem e principalmente em relação a sociedade, criando uma hierarquia de gênero que se vinculou à hierarquia social. (CLOC, 2015, p.1)

No campo historicamente as relações são machistas – sexistas, o trabalho constitui a identidade masculina enquanto a mulher é vista como o sujeito que *ajuda* no âmbito do trabalho, definição que aumenta a desvalorização da mulher camponesa. Visto que a *ajuda* traz em seu significado favor, auxílio, dar favor a alguém. No caso do trabalho no campo referir-se ao trabalho da mulher camponesa como ajuda desconsidera todo seu processo

histórico na luta pela valorização do seu papel enquanto agricultora. A mulher não é secundária no trabalho pelo contrário, em muitos casos é a mulher quem planeja e executa todo meio de produção tornando-se protagonista no processo.

Pelo seu processo histórico, é a mulher quem construiu muitos conhecimentos, sobre a agricultura, é a mulher quem reinventou as formas de viver e trabalhar no campo.

As mulheres sempre atuaram na agricultura, porém numa condição inferior, elas atuam na produção enquanto o homem tem ficado com a função histórica de controle, ou seja, é o responsável pela comercialização e planejamento da propriedade. É uma cultura patriarcal que delimita e acaba aperfeiçoando o homem para a função de controlar e gestar o que envolve capital tornando a mulher submissa. Esse processo é doloroso, pois para que as mulheres quebrem a resistência em ocupar posições que lhes foram negadas é necessário um trabalho de formação de consciência de classe junto à consciência de gênero, onde muitas mulheres não conseguem avançar.

O trabalho produtivo é encarnado pelo homem, ou seja, assim como no modo de produção capitalista onde aquele que detém o poder econômico controla os meios de produção acontece no trabalho familiar no campo, o homem controla a produção resultando no seu controle sobre os sujeitos envolvidos. A mulher é quem “ajuda” para que a produção seja de fato desenvolvida e ainda na grande maioria as mulheres não são incluídas na divisão dos resultados da produção.

Contudo o processo de mecanização no campo (implementos agrícolas, máquinas, tratores, etc.) nos últimos anos, tem substituído ou diminuído o trabalho humano na agricultura, portanto as mulheres são as que mais sofrem com esta ação, pois seu trabalho é excluído, ou seja, quaisquer mudanças no trabalho camponês na maioria das vezes recaem sobre o trabalho da mulher.

A labuta da mulher camponesa é histórica, ainda na era primitiva as mulheres estavam descobrindo a agricultura, os homens caçavam e mantinham a segurança do seu território enquanto as mulheres estavam cultivando e reproduzindo a vida plenamente. É importante ressaltar que o protagonismo das mulheres hoje para manter a renda da família camponesa permanece, mas é visto apenas como trabalho reprodutivo e não trabalho no sentido econômico.

Infelizmente hoje as mulheres necessitam reafirmar seu papel na sociedade e com isso provar que enquanto não superarmos as relações de opressão e violência contra as mulheres a mudança na estrutura da sociedade não acontecerá. Esmeraldo (2013) reafirma que a

articulação das mulheres é fundamental para avançar na construção de novas relações de trabalho enquanto trabalhadoras do campo:

As dificuldades para reagir, enfrentar no plano individual, familiar e de forma isolada modelos de sociabilidade, ordens sociais, sistemas patriarcais, estruturas objetivadas, inscritas e instituídas nos corpos, objetos, tempos, espaços e nos trabalhos de homens e de mulheres, levam as mulheres a buscar articular-se em movimentos sociais e políticos para construir sua afirmação como trabalhadoras rurais. (ESMERALDO, 2013, pg.241)

O patriarcado se materializa nas distintas esferas e instâncias sejam elas sociais, políticas, culturais e econômicas, sendo assim não é interessante que as mulheres criem um senso crítico de sua condição, pois isso desmonta as relações impostas na sociedade por esse sistema. Mesmo no movimento social contra hegemônico as relações ainda têm resquícios patriarcais, pois está incumbido em um sistema que alimenta as relações de opressão. Romper com essa lógica exige da organização a formação da consciência.

As mulheres camponesas perpassam por três situações provenientes de um acúmulo de discriminação histórica sobre a sua identidade, são mulheres, são negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, imigrantes, e tantas outras e são classe trabalhadora<sup>11</sup>. Todo esse processo vem ao longo da história sendo constituído pelo sistema que exclui ou torna as mulheres invisíveis. Porém a partir da luta política as mulheres criam a percepção e conscientização da dominação à qual são submetidas, fazendo com que fiquem despertas e iniciem suas articulações para romper essa lógica desigual e excludente.

Os movimentos sociais são a base fundamental para a formação de consciência dos seus sujeitos, homens e mulheres. Esse processo necessita ser latente ao processo de luta pela terra, pela transformação das relações sociais, esse é o passo a frente que em conjunto é preciso construir.

A libertação das mulheres está intimamente ligada à transformação das estruturas estabelecidas pela sociedade patriarcal, esse movimento não acontece sozinho, não é individual ele parte da concretude dos movimentos sociais, a união dos sujeitos é essencial para a formação da consciência e a partir disso compreendemos três lacunas, a formação

---

<sup>11</sup> Este é um conceito da interseccionalidade, uma corrente do feminismo que tem como principal preocupação uma análise gênero que considere também questões de raça, classe, orientação sexual, entre outros contornos necessários, pois é preciso ressaltar que quando falamos de mulheres não estamos apresentando um grupo homogêneo, falamos de mulheres indígenas, brancas, negras, mulheres trans, com deficiência, lésbicas, pobres, ricas, e tantas outras. Por muito tempo o feminismo considerava as mulheres de maneira genérica, mas discussão da interseccionalidade possibilita a compreensão de que somos diversas.

política, a formação popular e a luta das mulheres, são elementos principais que dão rumo à concretização da transformação.

### 2.3 O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR

Primeiramente é importante compreendermos que o Feminismo é plural, existe uma pluralidade de concepções, práticas, análises, de formas de organização e que são legitimadas no momento em que desta pluralidade emerge algo singular, a luta pela igualdade.

No momento em que as mulheres camponesas se identificam como feministas, há um conjunto de relações a serem compreendidas, a realidade do campo, o direito à alimentação saudável, acesso à terra, a autonomia das mulheres e principalmente o enfrentamento à violência, articulados por uma luta mais ampla. Em função dos debates acerca do feminismo, há uma parte das mulheres que não se enxergam como feministas, porque os tabus presentes nesta discussão impedem que o debate seja fluido.

O Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) é o maior movimento de mulheres do Brasil, vinculado à Via Campesina nacional e internacional, o debate do feminismo camponês e popular é impulsionado pelo MMC no Brasil, porém a Via Campesina hoje tem a tarefa em conjunto com outros movimentos sociais, inclusive o MST, da sistematização e produção de conhecimentos para construção do Feminismo Camponês e Popular.

Junto à discussão da Reforma Agrária Popular as mulheres do MST têm construído a proposta de Feminismo Camponês como uma elaboração no sentido de avançar nas discussões de gênero no interior do MST e com outros movimentos feministas, é uma discussão que ocorre também na Via Campesina, numa articulação de movimentos camponeses da América Latina.

O surgimento do feminismo demarca um momento histórico na luta que as mulheres foram construindo como formas de resistência e enfrentamento ao patriarcado<sup>12</sup>. As mulheres trabalhadoras protagonizavam a luta pela emancipação das mulheres e pela quebra do modelo

---

<sup>12</sup> Segundo MST (2018) O patriarcado é originário da opressão sobre as mulheres e as lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBTs), é um sistema baseado na divisão sexual do trabalho e na propriedade privada, antecedente ao modelo capitalista. No modo de produção capitalista o patriarcado, assim como o racismo, designa uma formação social em que os homens detêm o poder de exploração do trabalho e da vida das mulheres. Sua origem está vinculada a ruptura das relações vivenciadas nas sociedades primitivas.

de exploração da sociedade e suas expressões de dominação, o que demarca uma concepção de feminismo socialista.

Como um movimento social, o feminismo surge em meados do século XIX no bojo de suas lutas que se desenvolveram em muitos países da Europa, pela redução da jornada de trabalho e pelas melhorias nas condições de trabalho. Rapidamente a luta das mulheres operárias vinculou-se com a luta socialista, crescente naquele período. (MAFORT, 2017, pg.201)

A história do feminismo está atrelada à história da luta de classes, a cultura patriarcal afronta os princípios do feminismo reduzindo sua pauta apenas na equidade de gênero, liberdade sexual ou na mera inversão de papéis de poder em relação ao homem.

A memória histórica do surgimento do Feminismo vinculado às lutas da classe trabalhadora vem sendo sistematicamente atacada. Existe uma tentativa de vincular as demandas das mulheres a uma mera pauta de equidade de gênero, facilmente capturada pela órbita das chamadas políticas públicas propostas pelo Banco Mundial. Ou mesmo reduzir a luta das mulheres a uma questão culturalista, de liberdade sexual ou mera inversão de papéis de poder em relação aos homens. (CLOC, 2015, pg. 4)

Há também muita confusão no entendimento do que é feminismo, como, por exemplo, afirmar que o feminismo é o contrário o machismo, e, portanto, há inversão de quem oprime. Entretanto o feminismo não é contrário de machismo. O machismo expressa uma ideologia de dominação do homem fundamentada no sistema patriarcal, enquanto para o feminismo é fundamental a igualdade entre homens e mulheres, porém para que esse sistema seja superado o protagonismo das mulheres nesta peleja é essencial. Historicamente, essa peleja ocorreu inclusive em lutas e instrumentos revolucionários, conforme a citação abaixo:

[...] a luta Revolucionária e mesmo as experiências socialistas desenvolvidas muitas vezes tratou as questões das mulheres como um tema secundário, como se tudo fosse resolvido através da centralidade de classe. A história mostrou que isso foi um grande equívoco, pois a classe é constituída por diferenças de gênero, de povo, étnicas, culturais e geracionais, que precisam ser consideradas de forma radical pra ser pensar o lugar da luta, como participam e como se vinculam a um projeto de transformação social comum. (CLOC, 2015, pg. 3)

Com o passar dos anos ficou evidente que os processos revolucionários não abarcaram as diferentes realidades concretas das mulheres a nível mundial, criou – se a falsa concepção de que as questões relacionadas ao gênero seriam problemas secundários ou centrado apenas na luta de classes. Assim, é importante recuperar a ideia de que combater a opressão de gênero e lutar pela emancipação das mulheres deve ser constante e articulada à luta de classes.

As mulheres constroem a percepção do que chamam de Feminismo Camponês e Popular a partir das análises da realidade do campo. A apropriação dos bens naturais, a padronização da agricultura, as transnacionais do agronegócio, mineração, hidronegócio, e o aparato do Estado ao subsidiar o capital, é uma afronta à sociedade e um dos elementos que embasa o conceito do Feminismo Camponês e Popular, pois todo esse processo de “modernização da agricultura” (como o capital denomina esse período) são pilares que fomentam o aumento da violência no campo, onde as mulheres estão mais propícias a essa situação, e a desumanização (despejo, ameaças, assassinatos) dos povos do campo, que há séculos resistem para permanecer no seu território.

Suas bases estão estruturadas a partir de uma análise da realidade atual do campo em nível internacional, que identifica alguns elementos que são comuns em toda parte onde atuamos: a apropriação dos bens naturais pelo capital, a padronização da agricultura através das commodities, a atuação das transnacionais em ramos estratégicos do agronegócio, da mineração e do hidronegócio e o forte aparato do Estado e da maioria dos Governos em subsidiar o capital, com investimentos e financiamentos públicos vultosos. (CLOC, 2015, pg.5)

As mulheres, a partir desta análise, têm protagonizado o processo de resistência e a luta diante deste modelo imposto pelo Capital, revelando os principais impactos sobre suas comunidades e a vida das mulheres camponesas.

Para a sociedade, no momento da expansão do Feminismo Camponês e Popular, se torna necessário fazer a análise crítica e compreender que os feminismos não são divergentes, pelo contrário, eles se somam, pois olham as particularidades em meio ao todo, e isso é fundamental para a luta das mulheres da classe trabalhadora, pra as mulheres do campo e para as mulheres da cidade.

[...] reafirmamos que o Socialismo e o Feminismo são parte de nosso horizonte estratégico de transformação. Por isso afirmamos um Feminismo Camponês e Popular, insubmisso, socialista, que questiona as concepções patriarcais e burguesas, que são funcionais as políticas de exploração capitalista. Desse modo, a concepção Feminista que estamos construindo como Via Campesina, está fortemente vinculada a processos políticos, organizativos, de formação política e de lutas concretas, permanentes que alterem a vida social, econômica e política da classe trabalhadora e particularmente das mulheres trabalhadoras. (CLOC, 2015, pg.7)

O Feminismo Camponês e Popular busca compreender a realidade das mulheres camponesas a fim de sistematizar e produzir conhecimentos com as mulheres camponesas e para as mulheres camponesas, esse processo traz um importante acúmulo para a história das mulheres do campo, considerando o vínculo com a luta de classes, compreendendo o

Feminismo como movimento político, que nos permite avançar na luta pela emancipação da humanidade

### **3. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO CONTESTADO: UM TERRITÓRIO DE LUTA**

A luta das Mulheres na Reforma Agrária Popular se materializa no cotidiano das lutas do MST. É nas práticas cotidianas, portanto, que se materializa a elaboração do Feminismo Camponês e Popular. Nesse sentido, este capítulo busca olhar esse conjunto de práticas na construção do Assentamento Contestado, um território em permanente luta, resistindo às consequências da política econômica para o campo.

#### **3.1 O ASSENTAMENTO CONTESTADO**

O município da Lapa está localizado a 70 km de Curitiba, capital do Estado do Paraná, a área territorial do município é 2.097,751Km segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)<sup>13</sup>, sua população, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010)<sup>14</sup> é de 44.932 habitantes. São descendentes de diferentes culturas, como italiana, alemã, polonesa, russa e quilombolas. Esse município é muito diverso no âmbito cultural, pois a Lapa é fruto dos camponeses que habitavam o território e diversos imigrantes oriundos de outras regiões que chegaram ao município a grande maioria devido aos conflitos por disputa da terra que ocorreram na região.

O Assentamento Contestado hoje representa a luta pela reforma agrária no território da Lapa. São 19 anos de história e muita resistência, o assentamento hoje é a prova das péssimas distribuições de terras no Brasil no processo de colonização e que só foi possível a sua materialidade através da luta pela terra. Ainda sobre o histórico do município, Orzekovski (2014) afirma:

O Assentamento Contestado é hoje um exemplo, entre tantos no Brasil, da organização coletiva e comunitária da vida no campo, sem contar que é uma área remanescente do regime de sesmarias do Brasil Colonial e Imperial. Está localizado no município da Lapa, distante 20 km da sede municipal e 70 km de Curitiba, capital

---

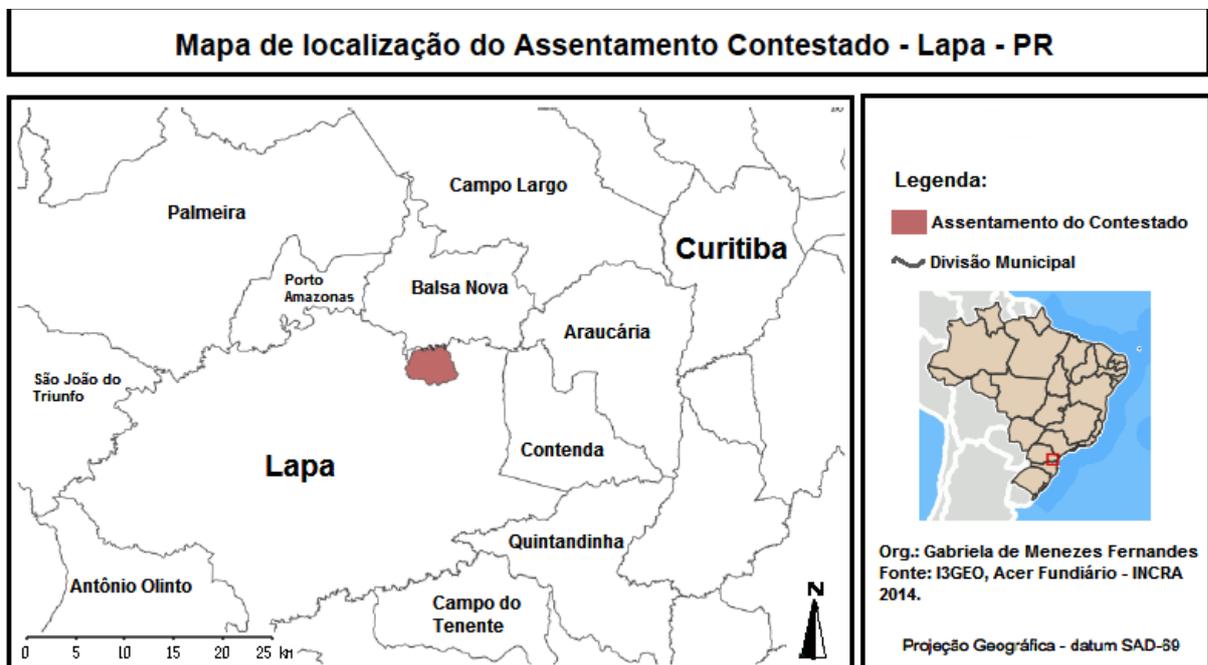
<sup>13</sup> Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83750>. Acesso em 19/09/2018.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/lapa/panorama>. Acesso em 19/09/2018.

do Estado. Antes da implantação do assentamento, foi considerada a fonte do poder patrimonialista regional, sendo até aquele momento denominado Fazenda Santa Amélia. Seu antigo proprietário chegou a receber o título de Barão dos Campos Gerais durante a visita que o Imperador Dom Pedro II realizou à Província do Paraná em 1880, chegando a pernoitar na sua sede. (ORZEKOVSKI, 2014, pg.30)

A fazenda passou a pertencer à transnacional Incepa, em meados de 1984, onde utilizava a área para reflorestamento de *pinus* e eucaliptos e também para produzir carvão para abastecer os fornos da sede da empresa. Porém a empresa ao longo dos anos adquiriu uma enorme dívida com Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), gerando a possibilidade de que a área fosse destinada à reforma agrária. Sabendo dessa situação o MST faz a denúncia ao INCRA, o qual instaurou um processo de desapropriação da área que possui 3.228 hectares, sendo 1.240 hectares áreas de proteção ambiental, em Reserva Legal ou Áreas de Proteção Permanente.

Figura 1 – Mapa de localização do assentamento Contestado.



Fonte: Gabriela de Menezes Fernandes (2014)

Em 07 de fevereiro de 1999 cerca de 30 famílias ocupam esse território, e organizam o acampamento, a desapropriação saiu no ano 2000, porém a regularização dos lotes, construção das casas e outras infraestruturas ocorreu somente em 2004. Foram aproximadamente cinco anos vivendo na situação de acampamento, reinventando as formas de

viver no campo. O nome do assentamento tem como gênese a Guerra do Contestado<sup>15</sup>, pois esse marco histórico perpassou a área do assentamento e também estava ligada principalmente à regularização das posses de terras da época.

A área foi dividida em 108 lotes, com tamanho entre 09 a 16 hectares para cada família, variando conforme as condições naturais do terreno e distância da estrada principal. O assentamento foi organizado em 10 núcleos de base. Em cada núcleo participam entre 10 a 15 famílias agrupadas por proximidade. Algumas famílias praticam outros arranjos organizativos e cooperam entre si.

Os núcleos são as instâncias de base do MST, sendo o modelo desenvolvido para estimular a ligação entre os dirigentes e a base do movimento e garantir a participação das famílias. (ORZEKOVSKI, 2014, pg.31)

Os núcleos também cumprem função de organização administrativa interna. Servem para debater sobre situações comuns a serem resolvidas, como transporte, educação, saneamento, estradas, produção, saúde e também demandas ligadas à organização e encaminhamentos do movimento.

Esse território respeita de fato as instâncias organizativas do movimento, isso resulta em um assentamento organizado, onde os sujeitos têm participação ativa no seu crescimento e na sua resistência.

Segundo relatos de algumas mulheres moradoras do assentamento, o protagonismo das companheiras surge desde a ocupação da área, as mulheres se organizaram principalmente na luta pela educação no acampamento e pela formação do coletivo de mulheres e saúde, ambos eram uma única instância naquele período. Foram as mulheres que se dedicaram para que as crianças do assentamento tivessem acesso à educação. Ainda no acampamento algumas companheiras se dedicaram a exercer a função de professoras para garantir que as crianças fossem alfabetizadas e não deixassem de estudar, as mulheres que exerciam a tarefa de professoras tinham a formação na área de pedagogia.

A questão da educação não se restringiu apenas no ato de ensinar. Desde a organização do acampamento as mulheres estiveram na busca pela consolidação concreta da escola no território. Somente anos depois a escola foi concretizada pelo Estado, através de muita luta e dedicação. Hoje a Escola do Campo Contestado é um exemplo concreto de que na luta pela terra é essencial a luta por uma educação digna e de qualidade.

---

<sup>15</sup> A Guerra do Contestado aconteceu no período entre os anos 1912 a 1916, entre os Estados Paraná e Santa Catarina. Foi um conflito sócio-político a fim de disputar estes territórios, pois estava atrelado à concessão de madeira e a construção de uma estrada de ferro pela empresa inglesa Lamber. Outro fator decorrente da disputa foi o fato de que a empresa expropriou os camponeses de suas terras para construir a estrada de ferro, muitos camponeses foram explorados durante a construção e após esse período os camponeses ficaram sem suas terras, causando o empobrecimento destes sujeitos.

Em 2005 aconteceu em Porto Alegre o Fórum Social Mundial, onde os governos da Venezuela e do Estado do Paraná, a Via Campesina, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Universidade Federal do Paraná, firmam o acordo de desenvolver ações para o desenvolvimento dos povos do campo. Fruto deste momento inaugurou-se no mesmo ano a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA) no Assentamento Contestado. A escola hoje recebe em parceria com o Instituto Federal do Paraná o curso Tecnólogo em Agroecologia. Três turmas já se formaram neste espaço ao longo dos anos. E em parceria com a Universidade Federal do Paraná a ELAA recebe o curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da natureza – com ênfase em Agroecologia. Em ambas as turmas os estudantes são oriundos do campo, dos mais diversos movimentos sociais no âmbito internacional.

A ELAA recebe diversas atividades nacionais e internacionais, seminários de formação, assembleias do assentamento. É um espaço de formação para os povos do campo e que busca no seu gene a transformação através da educação pautada no trabalho como princípio educativo.

A Escola Latino Americana de Agroecologia compreende que no sentido da educação libertadora a mulheres têm papel fundamental nos espaços formativos e necessitam se apropriar dos cursos acadêmicos, assim como os homens, e para contribuir neste processo, entende que as mulheres mães têm algumas dificuldades quando buscam o acesso à educação, então constrói a proposta da ciranda infantil. Hoje ela atende além das mulheres mães estudantes, todas as mulheres mães do assentamento que necessitam desempenhar suas tarefas em diferentes frentes de trabalho.

No Assentamento Contestado estão presentes todos os níveis de escolarização, ensino fundamental e os anos iniciais realizado na Escola Municipal do Campo Contestado e os anos finais, o ensino médio e a Educação de Jovens e Adultos acontecem no Colégio Estadual do Campo Contestado. Por questões estruturais a Escola e o Colégio ainda dividem o mesmo espaço físico.

A proposta inicial para o assentamento no âmbito da produção é pautada na produção de alimentos saudáveis, na soberania alimentar e no cuidado com os bens da natureza, princípios da agroecologia. As mulheres foram protagonistas deste processo, pois foram elas que no início do assentamento firmaram suas hortas medicinais e produção de hortaliças para o consumo familiar, evidenciando naquele período o que hoje é a base econômica do assentamento. A agroecologia foi intimamente iniciada pelas mulheres. Os homens aderem essa nova proposta quando enxergam os resultados econômicos.

Hoje o assentamento contestado é uma referência na produção agroecológica, e ao mesmo tempo resiste e luta para que essa forma de produção permaneça neste território e através das práticas amplie-se pra toda produção no campo.

Uma das conquistas das camponesas e dos camponeses que produzem dentro da produção agroecológica foi o selo de certificação orgânica dos seus produtos, são aproximadamente 80 famílias que possuem a certificação, realizados através da Rede Ecovida de Agroecologia de Certificação Participativa.

Entretanto ainda existem no assentamento as produções convencionais, e algumas famílias que estão no processo de transição para a agroecologia, embora o debate ainda na época da ocupação, discutido em assembleia, pautou que a proposta da agroecologia fosse para todas as famílias. O assentamento compreende que o movimento das contradições é fundamental para o fortalecimento das relações que buscam transformar o modelo que não representa a luta histórica da organização, e que o debate e as práticas sociais materiais dentro deste território propiciam a formação da consciência dos sujeitos sem terra, na busca pelo rompimento com as lógicas de produção capitalista ainda presentes neste espaço.

O Assentamento Contestado hoje é referência em diversos aspectos. A sua organização desde o momento de acampamento resultou em conquistas concretas, mas buscando alguns registros sobre a história deste território de luta, além de não encontrar muitos escritos, quando observamos e buscamos nas falas de alguns sujeitos assentados é perceptível a invisibilidade das mulheres na construção do que hoje muitos chamam de avanços. De fato, como afirmamos no início são conquistas concretizadas no âmbito material, porém é preciso incluir como conquista imaterial o processo de enfrentamento, mobilização, contribuição e a força de trabalho de todas as mulheres camponesas para o fortalecimento deste assentamento.

### 3.2 O COLETIVO DE MULHERES

O coletivo de mulheres do Assentamento Contestado está presente em sua organização como uma instância desde o momento da ocupação da área, em 1999, são quase vinte anos lutando para que as mulheres sejam valorizadas e visualizadas na construção da Reforma Agrária Popular paralela à resistência das camponesas e dos camponeses neste território.

A organização do coletivo de mulheres do assentamento segue os princípios organizativos do Movimento Sem Terra, as mulheres são predominantes neste espaço, cada

núcleo do assentamento tem uma representante mulher que faz parte do coletivo, no sentido de criar referências para encaminhamentos necessários. Isso não impede que todas as companheiras possam participar, é um espaço aberto e coletivo, o local dos encontros é a sede do assentamento, onde se concentram as reuniões mensais das mulheres.

Para compreender a totalidade do coletivo de mulheres e como são os processos organizativos, foram realizadas entrevistas com algumas companheiras do coletivo, observação participativa deste espaço, e também diálogo com algumas mulheres que não fazem parte do coletivo, de maneira informal, pois houve resistência por parte de três mulheres que foram convidadas para a entrevista, em serem gravadas e desenvolver um diálogo direcionado para a problematização, sobre o trabalho e o protagonismo das mulheres no assentamento Contestado. Enquanto pesquisadora, ressalto ser de grande importância algumas situações e falas, pois implicam na compreensão das análises de mulheres, as quais fazem parte do coletivo, e não menos importante aquelas que não participam, com alguns apontamentos que possam vir a ser o motivo pela opção de não fazer parte do coletivo de mulheres do assentamento.

Saliento que mesmo não atingindo o objetivo com três mulheres convidadas, é possível ter algumas compreensões a partir desta ação, que interpretei como *ação – resposta*. Para construir uma síntese, senti a necessidade de nomear estes sujeitos utilizando uma letra para indicar a entrevistada, mas ao mesmo tempo preservar a identidade de cada uma.

Analisando poucos minutos de troca de ideias, é perceptível que o fato da não participação do coletivo de mulheres transparece negativamente na vida destas camponesas, a própria compreensão sobre sua posição dentro do assentamento e sua identidade enquanto mulher camponesa militante sofre impactos que desconstrói o processo de inserção destas companheiras no movimento.

Existem particularidades que envolvem as companheiras que optaram em não serem gravadas no momento da conversa, ambas se referem aos seus companheiros com um pouco de receio ou tensão. No momento da conversa com (a) seu companheiro ficou próximo e sempre interferindo na conversa, o que não possibilitou abordar as questões orientadoras do questionário (apêndice 1), a conversa durou pouco menos de dez minutos. Nesse caso percebo que o homem é quem controla qualquer questão de envolvimento da mulher com relações externas à vida familiar, uma demonstração do machismo impregnado historicamente nas relações familiares.

No caso da conversa com (b) e (c) identifiquei a questão da religião incorporada nas relações sociais das famílias. É um fator muito relevante para observar, visto que a religião se

articula com os valores morais, acaba delimitando a ação de alguns sujeitos, e muitas vezes acabam a reproduzir o conservadorismo, principalmente nas relações de gênero.

A participação no coletivo de mulheres é fundamental para que as mulheres se sintam representadas no conjunto do Movimento Sem Terra, a partir do coletivo das mulheres a luta pelo respeito e igualdade deve ser travada.

Segue um trecho da entrevista realizada com uma companheira assentada, que faz parte do coletivo de mulheres como coordenadora, sobre a importância do coletivo de mulheres aponta:

O coletivo é um espaço propício enquanto instância para as mulheres participarem, porque ali elas se sentem mais a vontade de falar, debater temas sobre as mulheres, outras iniciativas, espaço de formação em temáticas e práticas que elas gostam, mais também importante pra possibilitar a participação delas na luta. (Entrevista realizada com P. em setembro de 2018)

O coletivo é um ambiente onde predomina a atuação das mulheres sem terra, e através de muita luta é conquistado pelas companheiras que buscam a emancipação e liberdade das mulheres. Este espaço favorece a participação, formação e organização das mulheres para diversas atividades locais, embora o movimento também proponha atividades nacionais<sup>16</sup>, nas quais muitas vezes algumas companheiras preferem não participar, porque ainda há um forte limite na maioria das famílias quando a mulher precisa se organizar para processos de formação longe “de casa”.

O assentamento necessita avançar nos debates em relação à vida militante das camponesas, existe a compreensão de que é necessária a participação e atuação das mulheres nas instâncias e ambientes do MST, mas na prática se percebe limites que muitas vezes impedem o crescimento de muitas companheiras na coordenação ou até mesmo na participação dentro dos espaços. Esses limites são perceptíveis quando o olhar se volta para o coletivo, em muitos momentos, apesar de todo trabalho de base feito, contamos com aproximadamente cinco ou seis participantes, quando já tivemos de quinze a vinte companheiras participando e planejando ações para o decorrer do ano. Ou seja, as relações familiares incidem no dia a dia do coletivo.

---

<sup>16</sup> As atividades no âmbito nacional são processos de formação que o Movimento Sem Terra em conjunto com outros movimentos de mulheres e organizações, propõe para que as mulheres tenham acesso a materiais e espaços de debates, que vão desde discussões que envolvem a saúde da mulher até sobre seu papel na sociedade. O coletivo local debate e encaminha algumas representações, no sentido de se apropriar dos espaços e conhecimentos, mas também com o compromisso de representar e trazer as informações, encaminhamentos e debates para o coletivo local.

O coletivo passa por momentos onde a participação e atuação das mulheres avança, e em outros momentos as próprias companheiras afirmam que há um retrocesso na execução do planejamento. Isso acontece porque as mulheres além das tarefas do coletivo têm suas demandas com a produção, com a família, formação e diversas demandas do cotidiano.

Considerando todas as necessidades que o coletivo de mulheres do assentamento apresenta, em conjunto com a vida das mulheres que participam deste espaço, as companheiras fazem uma avaliação no ano de 2016, a fim de rever o planejamento, os encaminhamentos pendentes, as metas concluídas, e debatem uma reorganização no setor, com o intuito de organizar e dar continuidade aos processos que vão desde momentos de estudo e formação até mobilizações e ações para obtenção de renda própria do setor.

O fator mais importante é a questão da renda do coletivo, pois para que as mulheres participem das mobilizações e aqui reforçamos a demanda do “8 de março”<sup>17</sup>, é necessário criar formas que resultem na independência do coletivo. Isso propicia que as companheiras tenham a liberdade e autogestão dos seus recursos, sem depender de outras instâncias para possibilitar a participação em espaços de luta que o movimento demanda. Sobre as potencialidades do coletivo, a entrevistada P. resgatou:

[...] no coletivo a gente organiza iniciativas para captação de recurso, pra possibilitar a participação das companheiras na luta, no ano passado, por exemplo, foi através do coletivo que a gente possibilitou que várias companheiras participassem de cursos de formação estadual, como escola estadual de mulheres, curso de marxismo e feminismo regional. (Entrevista realizada com P. em setembro de 2018)

É perceptível que as questões ligadas ao cuidado, organização, alimentação, demandas que lidem com a capacidade de compreensão das particularidades dos sujeitos, dentro do movimento são historicamente ligadas às mulheres. Isso demonstra a fragilidade ou a consciência – regada pelo sistema patriarcal – de muitos militantes que estão latentes na luta por uma sociedade mais justa.

Nesse sentido é preciso reafirmar que muitos homens avançam na busca pela igualdade de gênero, porém ainda é grande o número de mulheres que não entram nessa discussão por fatores diversos, como por exemplo, limites nas relações familiares ou falta de possibilidade para acompanhar a agenda política do coletivo.

---

<sup>17</sup> “8 de março” é um marco na história das lutas das mulheres. Em 1908, mulheres socialistas nos Estados Unidos protestavam pelo direito ao voto e melhores condições de trabalho, mas somente em 1917 manifestações intituladas como “dia das mulheres” aconteceram, na Rússia exatamente no dia 8 de março daquele ano. A partir desta época, trabalhadoras se reuniram por melhores condições de trabalho, a favor da igualdade de gênero, inclusive no Brasil durante a ditadura militar, e foi aos poucos se tornando, o dia da mulher, porém somente em 1975 que a ONU declarou 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.

Quando percebemos o engajamento das famílias em alguma instância do Movimento é perceptível um salto qualitativo nas relações com os sujeitos dos coletivos e principalmente nas relações familiares. Isso é importante para que a forma de dominação que o sistema patriarcal vem impondo à sociedade seja rompida desde o âmbito familiar até o âmbito social, contribuindo na valorização da participação das mulheres nas instâncias do movimento.

No coletivo as mulheres debatem questões desde a atuação das mulheres na luta pela terra, a busca por seus direitos enquanto mulheres e trabalhadoras do campo, a formação de gênero, até análises de conjuntura a nível internacional. O coletivo também traz questões organizativas, visto que é uma instância a nível nacional do MST, encaminhamentos, reivindicações, e articulação com os demais coletivos de mulheres de outros movimentos fazem parte das discussões.

A história de vida das mulheres na sua grande maioria teve a influência direta do patriarcado, das relações machistas e sexistas. As companheiras entrevistadas para esta pesquisa salientam a importância do Movimento Sem Terra para a transformação em suas relações de vida e formação da consciência enquanto mulheres camponesas. Indagada a relembrar um pouco sobre sua trajetória de vida no Movimento e os momentos marcantes na sua trajetória militante, Dona M. – participante assídua do coletivo de mulheres – afirma:

Na ocupação em Inácio Martins, era sofrimento, muita miséria, muita fome, muita criança doente, mulher doente, pessoas doentes, mas graças a unidade das mulheres, nós conseguimos, com a pastoral da terra, a trazer coisas pra dentro escondido dos pistoleiros, da perseguição dos guardas, até mesmo da polícia. Com isso as mulheres tiveram que se juntar dentro do acampamento pra buscar os direitos e também de atendimento médico como solucionar a necessidade da fome e da doença no acampamento. Isso clareou a mente de que as mulheres têm que se juntar pra lutar, não tem jeito. (Entrevista realizada com Dona M. em setembro de 2018)

A luta pela terra não é uma escolha, em sua grande maioria é uma condição dos sujeitos, ninguém escolhe passar fome, não ter acesso à água, luz, condições básicas de vida. A narrativa de Dona Maria demonstra a resistência dos sujeitos Sem Terra em um momento de acampamento, e a importância e protagonismo das mulheres nesse processo. Porém o machismo presente na sociedade também está latente no Movimento, o que torna a participação das mulheres cada vez menos visível nos processos de enfrentamento político vivenciados pelas mulheres. Segundo Dona M.:

E dessa forma que as mulheres se juntam e formam um coletivo de mulheres num espaço umas cuidam da saúde, das ervas medicinais outra cuida da sopa outra cuida infraestrutura outra cuida de como levar pro médico... então assim ... há uma necessidade não tem jeito de ficar parada e as mulheres sempre estão na frente e não

se dão conta que tem esse poder essa força precisa as mulheres se fortalecer e ocupar o próprio espaço porque os homens ocupa mesmo o espaço que nem e deles que é das mulher, mas daí as mulher ainda tão fraca não se posicionam .. é mesmo por causa da repressão do próprio marido muitas vezes das lideranças muito machista ainda tem que enfrentar isso. (Entrevista realizada com Dona M. em setembro de 2018)

Enfrentar as mais diversas formas de violência contra a mulher é um princípio do Movimento Sem Terra, embora seja uma contradição interna do ponto de vista das mulheres, visto que o Movimento está inserido em uma sociedade patriarcal, é necessário enfrentar as situações decorrentes do machismo para que cada vez mais a violência e a opressão sejam erradicadas. Na esfera organizativa do movimento, mas também no âmbito familiar a opressão impede em muitos casos que as mulheres cresçam na formação política, e se posicionem dentro da esfera familiar em consequência na esfera política do Movimento.

Ainda não entrou na cabeça da própria mulher... de certas mulheres e de certos homens que tem que trabalhar a questão de gênero, gênero é homem e mulher com os mesmos direitos e também com os mesmos valores ser humano é ser gente, homem e mulher junto, com suas particularidades. (Entrevista realizada com Dona M. em setembro de 2018)

Por mais que as mulheres se manifestem, opinem e decidam sobre suas próprias escolhas, continuam sofrendo opressões de base familiar e internas no Movimento. Para que isso seja transformado é necessário que as mulheres ocupem todos os espaços do MST para que de maneira coletiva e unificada a luta das mulheres seja promovida por toda organização.

No assentamento a maioria das famílias tem envolvimento com alguma religião, não era o foco da pesquisa, mas é algo relevante para compreender algumas relações. Não considero algo ruim, porém a religião não deve fomentar a submissão da mulher ou controlar as relações familiares. Isso implica diretamente na participação das mulheres no MST, e a base para isso são os tabus acerca da discussão de gênero dentro da organização. É visto primeiramente como “tirar a mulher de casa”, e com isso “enfrentar as relações com seus companheiros”, “falar sobre a sexualidade”, “falar mal dos homens”, “controlar o próprio corpo”, etc. Isso é um enfrentamento direto.

O tabu construído em torno do debate de gênero precisa ser quebrado. Algumas ações têm papel fundamental para que isso ocorra. Quanto mais às mulheres avançarem nesta discussão, mais espaços e sujeitos serão impactados com o protagonismo das mulheres.

A participação no coletivo de mulheres conforme narrado pelas mulheres entrevistadas, é um espaço propício enquanto instância para as mulheres participarem porque ali elas se sentem mais a vontade de falar e debater temas sobre as mulheres é importante para

possibilitar a participação delas na luta, é um espaço representativo. E que muitas vezes, embora não represente, acontecem desde momentos de reuniões, troca de informações e encaminhamentos até oficinas com caráter mais descontraído, é um espaço político conquistado pelas mulheres para as mulheres. Como participante deste coletivo destaco que é um espaço que busca a emancipação, libertação e formação de consciência das mulheres.

A não participação é analisada com base nas relações cotidianas, a não percepção da submissão da mulher, casos de violência contra as mulheres, tanto no campo físico (que fica camuflado na maioria das vezes) como no campo psicológico (e ai entende que vai desde a pressão, controle, opressão da mulher pelos homens até casos de difamação das companheiras na comunidade). A não participação também tem resquícios da dupla ou tripla jornada das mulheres, a questão da religião e a opressão por parte dos homens em que as mulheres não precisam do coletivo não considerando como um espaço político para e com as mulheres.

As mulheres do assentamento Contestado constroem cotidianamente a luta pela reforma agrária popular na medida em que atuam na produção agroecológica, na educação do campo, na saúde, na mobilização das mulheres contra a violência, pela autonomia financeira, na inserção de seus nomes no cadastro do INCRA, na participação em instâncias estaduais, na discussão da influência nas políticas econômicas nacionais e internacionais e seus efeitos no assentamento.

A materialidade das ações das mulheres hoje tem gerado um maior reconhecimento dentro do assentamento, mas ainda não reconhecido como igualdade pelas mulheres. É importante registrar que muitos avanços em relação ao reconhecimento das mulheres no assentamento encontram-se na maioria nas famílias que minimamente estão inseridas nas instâncias do assentamento, isso ocorre devido aos longos debates e construção de conhecimento que acontecem dentro da organicidade.

A lógica patriarcal, o sistema capitalista, o machismo, a divisão sexual do trabalho se apropriaram ao longo da história das mulheres a partir do controle do corpo e da mente, da submissão e opressão, mas as mulheres estão despertando a fim de romper essas relações. Lutam para que sejam valorizadas e compreendidas como sujeitos fundamentais para a transformação da sociedade.

O Feminismo Camponês e Popular é novo e está em constate construção, busca compreender a realidade das mulheres camponesas a fim de sistematizar e produzir conhecimentos com as mulheres camponesas e para as mulheres camponesas. É um movimento político, que nos permite avançar na luta pela emancipação da humanidade. Como levar o debate do Feminismo para o coletivo de mulheres do contestado? Dependendo da

forma como abordamos pode assustar algumas companheiras, pois é mais um tabu para ser debatido e compreendido em uma esfera positiva que só vai agregar e conquistar a reafirmação da identidade da mulher camponesa.

É necessário que as mulheres camponesas consigam perceber que o feminismo parte das práticas cotidianas que elas vivem, assim é possível avançar na compreensão e no debate sobre esse movimento político que é o feminismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica organizativa do MST de distribuir tarefas desde a base, os diversos espaços de formação e a luta enquanto elemento pedagógico possibilitou que a militância pudesse se reconhecer enquanto sujeito com capacidade de ação política para lutar por seus direitos. Pode-se afirmar que a construção do debate de gênero dentro do movimento é um dos resultados do processo de formação de consciência do Movimento Sem Terra.

O modelo capitalista busca incessantemente formas para continuar explorando a sociedade se apropria da cultura, do conhecimento popular, dos meios intelectuais, e principalmente de bens abstratos, tornando os seres humanos reféns de lógicas capitalistas desumanizadoras. Enquanto movimento social é fundamental discutir como impedir que existam fendas que possibilitem a atuação do capitalismo em nossa organização.

Entendemos que enquanto não houver uma revolução de fato, o capitalismo continuará predominante, porém a organização coletiva nos espaços do movimento deve ser pautada na resistência à lógica do capital para se manter firmes na construção de uma sociedade mais humana, ou seja, dentro do capitalismo construir valores anticapitalistas que resultam em princípios baseados no respeito e na responsabilidade em transformar a sociedade.

A partir das análises dos programas agrários do MST conclui-se que mesmo sendo um dos mais influentes movimentos sociais do país, a discussão sobre as mulheres sem terra ainda sofre influências patriarcais dentro da organização. Em relação aos sujeitos que de fato perpassam as instâncias do movimento que se comprometem a contribuir no debate sobre gênero percebem-se muitos avanços, porém quando o olhar se volta para a base, para o dia a dia dos assentamentos e acampamentos muitos limites são reproduzidos de forma violenta.

Esse apontamento não pode de maneira alguma desvincular estes sujeitos tão importantes da organização, naturalizar ou até mesmo normalizar que alguns casos de opressão de gênero são “perdoáveis”. Assim como idealizamos conquistar a terra e os meios de produção é obrigatório estar presente nas reivindicações a total exclusão da submissão da mulher, para isso não podemos nos restringir apenas nas mulheres, precisamos principalmente da conscientização dos homens, é preciso que eles compreendam que para alcançarmos a transformação social o início disso está na mudança das relações de gênero em consequência a mudança das relações sociais de poder.

Considerando a trajetória do MST identificamos um passo fundamental para quebrar alguns tabus em relação à posição da mulher no Movimento. O fato de garantir 50% de participação de mulheres nas instâncias, inclusive na coordenação e direção do Movimento é um avanço nas concepções e nas resoluções políticas e organizativas, pois refletem o acúmulo de lutas das mulheres, além de exercer um poder de pressão interna para o seu cumprimento, mas não basta ter a representatividade de 50% de homens e 50% de mulheres, precisamos de fato ouvir e valorizar o acúmulo político e histórico das mulheres, processos quantitativos não nos interessa se não houver qualidade (igualdade) nestas relações.

A maior contribuição das mulheres na luta pela terra, é a conquista para si mesma, a libertação das opressões, a garra em lutar pelos seus direitos, sair da condição de submissão à condição de sujeito político dentro da sociedade. É um movimento que primeiro compreende e transforma as particularidades e estas certamente impactam no todo das relações entre sujeitos.

É na luta que as mulheres compreendem que o pessoal é político. Isso ocorre porque as relações que as mulheres compreendem como pessoal são construções históricas que tem influência de sistemas que buscam controlar e dominar a nós mulheres.

Buscando resgatar a história das mulheres do Assentamento Contestado, percebe – se que há pouco registro sistematizado sobre os processos que as mulheres enfrentaram para que hoje o coletivo de mulheres, seja um espaço de resistência e ao mesmo tempo de luta pela emancipação das mulheres.

As mulheres do Assentamento Contestado encontram-se em dois momentos, primeiro as mulheres que participam do coletivo e segundo as mulheres que não participam. A participação não está vinculada somente aos encontros e reuniões, mas sim no conjunto de ações do Movimento Sem Terra onde através do coletivo são encaminhadas para as companheiras. O fato de não participar está atrelado principalmente às questões de base familiar, podem ser no âmbito das relações, como também pelo acúmulo de trabalho que as mulheres assumem. As famílias envolvidas nas instâncias, setores, na organicidade de um modo geral do MST, têm uma maior compreensão acerca do debate da participação da mulher no Movimento, o que não significa que seja algo perfeito, é nesse momento que encontramos a maioria das contradições internas. Há que ressaltar a importância do envolvimento dos sujeitos dentro da organicidade, olhando para dois pontos: primeiro a ruptura de relações de opressão, desigualdade e violência; e segundo o fortalecimento de relações utópicas (igualdade) entre homens e mulheres.

A contribuição das mulheres do assentamento Contestado na construção da Reforma Agrária Popular é uma luta permanente, o coletivo de mulheres o principal meio de organização e resistência das mulheres.

O coletivo de mulheres contribui para a reforma agrária popular mesmo que enfrente muitas dificuldades. A ação das mulheres que compõe o coletivo não restringe às discussões sobre gênero, ao contrário, a organização delas enquanto coletivo contribui e fortalece a ação nos diversos campos (saúde, educação, produção, etc.) fortalecendo por sua vez, o movimento como um todo e a luta pela reforma agrária popular

Um ponto fundamental é sobre a violência contra as mulheres, não deve ser uma campanha apenas das mulheres deve ser uma campanha assumida por todas e todos contribuindo assim para o enfrentamento contra a cultura patriarcal presente em nossa sociedade e em consequência na organização. Para a construção de novas relações é necessário fazer este enfrentamento, caso contrário não será possível avançar.

A materialidade da construção do Assentamento Contestado parte de um projeto de luta que é o da Reforma Agrária Popular articulada com a luta das mulheres. Sem considerar a atuação das mulheres nesses processos estamos negando parte da história dos sujeitos e da organização.

Não abordei na pesquisa a relação das mulheres com a agroecologia diretamente, mas como esse movimento e latente a luta das mulheres, não há como não falar sobre, talvez fosse uma falha da pesquisa não fazer esse adentro.

É necessário considerar neste momento os limites para a construção deste trabalho, destaco a falta de materiais sobre a história das mulheres deste território, há muitos escritos sobre o assentamento Contestado, porém com algumas falhas no sentido do reconhecimento do trabalho das mulheres. Os materiais do Movimento Sem Terra têm um acúmulo significativo para a construção desta pesquisa, mas também ainda são poucas linhas sobre as mulheres Sem Terra.

A agroecologia é a busca pela transformação da relação do ser humano com e na natureza, é além de um modo de produção um modo de viver no campo, que respeita os ciclos naturais, respeita a terra, o trabalho é forjado na organização familiar, é socialmente justo, é outra forma de se relacionar entre si. O que posso afirmar é que as mulheres são protagonistas na consolidação da agroecologia no assentamento Contestado, são elas que desde o início da produção neste território resistem para que esse modo de viver e trabalhar no campo sejam à base desta comunidade e também que sirva de exemplo para outros assentamentos ou

comunidades camponesas. A luta pela agroecologia e a luta das mulheres estão intimamente articuladas na busca pelo respeito à vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLOC. **Feminismo Camponês e Popular: Com identidade e revolucionário.** Via Campesina: março de 2015.

ESMERALDO, Gema G. **O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social.** In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S. (Orgs.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos.** Niterói: Alternativa, 2013.

FERNADES, Gabriela; FACCO, Vinicius. **Agroecologia e MST no Leste Paranaense: as experiências do Assentamento Contestado (Lapa/PR) e do Acampamento José Lutzenberger (Antonina/Pr).** Revista Pegada, Curitiba, v.16, n. especial, 89-101, 2015.

FURLIN, Neiva. **A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres.** In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S. (Orgs.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos.** Niterói: Alternativa, 2013.

GOULART, João. **Jango defende as reformas de base na Central do Brasil no dia 13 de março de 1964.** Arquivo Nacional. Correio da Manhã, 1964. Texto disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964> . Acesso em Junho de 2018.

KNAPIK, Márcia. **Movimento Popular de Mulheres no Paraná: 10 anos construindo a vida.** Curitiba: Editora gráfica popular: CEFURIA, 2005.

MAFORT, Kelli. **A construção de novas relações sociais de gênero no MST e a luta pela emancipação humana.** In: Pedagogia Socialista. Expressão Popular. São Paulo, 2017.

MARX, Karl. Capítulo 24. Assim Chamada Acumulação Primitiva. In: **O capital: Crítica da Economia Política.** Edição Eletrônica. Livro I. SP: Boitempo Editorial, 2013.

MST. **Caderno de formação setor de gênero: a conspiração dos gêneros elementos para o trabalho de base.** Caderno de formação N. 06. SP: Secretária Nacional do MST, janeiro de 2018.

MST. **Mulher Sem Terra.** Cartilha elaborada pelo Coletivo Nacional de Gênero do MST. 1 ed. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, fevereiro de 2000.

MST. **Programa Agrário do MST: Lutar, construir Reforma Agrária Popular.** VI Congresso Nacional do MST. 3 ed. SP: Secretaria Nacional do MST, setembro de 2013

MST. **Programa de Reforma Agrária.** Caderno de Formação N. 23. SP: Secretaria Nacional do MST, julho de 1995.

NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S. (Orgs.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

NOGUEIRA, Leonardo. et al. **Hasteemos a Bandeira Colorida: Diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

ORZEKOVSKI, Nei. **Relações de trabalho no Assentamento Contestado (PR): contradições de classe e desafios analíticos**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2014.

SCWENDLER, Sônia. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. **Educar em revista**, Curitiba, n.55, 2015. p. 87-109. Editora UFPR.

STEDILE, João Pedro. **História da Reforma Agrária no mundo**. Coletânea de textos da ENFF N. 28. São Paulo, 2017.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A trajetória da luta pela terra no Brasil**. 3 ed. SP: Fundação Perseu Abramo, 2005.

## APÊNDICE 1



### AS CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES DO ASSENTAMENTO CONTESTADO NA CONSTRUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR

Esta entrevista é parte a pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (UFPR/Setor Litoral – ELAA), com o objetivo de compreender as contribuições das mulheres do assentamento contestado na construção da reforma agrária popular.

#### HISTÓRIA DE VIDA / ROTEIRO DA ENTREVISTA

##### DADOS PERFIL

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Estado civil: \_\_\_\_\_

Cidade nascimento: \_\_\_\_\_ Filhos: \_\_\_\_\_

Forma de obtenção de renda familiar: \_\_\_\_\_

##### QUESTÕES ORIENTADORAS

1. Trajetória enquanto militante.
2. Relação com o coletivo de mulheres do assentamento contestado
3. Qual sua percepção sobre “ser mulher do campo”?
4. No acampamento, qual era o contexto das mulheres, naquele momento.
5. Em que momento da sua vida você iniciou a participação no MST? Você considera-se militante? Por quê?
6. O que a militância transformou em sua vida/ "antes e depois da militância".
7. O que é ser mulher no MST?
8. Sua opinião sobre as contribuições das mulheres na luta pela reforma agrária popular.